

É o segundo maior juro real do planeta

# Indústria condena

# decisão do BC: juro

# real não caiu, subiu

Rafa Neddermeyer - ABR



Oreiro: “Não há nenhuma razão para o Copom reduzir ritmo da queda da Selic”

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), afirma em artigo que não há nenhum motivo para o Banco Central reduzir o ritmo de queda da taxa Selic. “Fazer previsões sobre o comportamento de variáveis macroeconômicas sujeitas a todo tipo de choque exógeno e de mudanças estruturais e institucionais endógenas com um grau de precisão de duas casas decimais é puro e simples charlatanismo”, afirma o economista. **P. 2**

Aposentado contra desvinculação: “é tirar direito dos que já recebem menos”

A recente entrevista da ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmando que há um “estrangulamento da Previdência a partir de 2027” e que, portanto, os benefícios previdenciários podem ser desvinculados do salário mínimo, provocou indignação. Para Milton Cavalo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), a fala da ministra “é lamentável”. **P. 5**

ONU apoia por 143 a 9 que a Palestina vire membro pleno

Por um placar esmagador – 143 a 9 – a Assembleia Geral das Nações Unidas votou na sexta-feira (10), em uma sessão de emergência, que a Palestina está qualificada para a adesão como membro pleno da ONU e recomendou ao Conselho de Segurança que seja favorável a essa inclusão, e também estabeleceu “direitos e privilégios em pé de igualdade com os Estados-membros”. O Brasil votou a favor. **Página 7**



**“Incompatível com o crescimento, geração de emprego e renda”**

Entidades da indústria avaliam que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de reduzir o ritmo de corte da taxa básica de juros (Selic), uma redução de 0,5 ponto para 0,25 ponto percentual, é incompatível com a retomada do crescimento da economia e prejudica o plano de reindustrialização do país. Para a CNI, a decisão do Copom não reflete o cenário atual de inflação no Brasil, que está sob controle, e impede a redução da taxa de juros real (descontada a inflação), hoje próximo dos 7% ao ano. **Pág. 2**

# Lula adia viagem ao Chile para acompanhar assistência ao RS

Ricardo Stuckert - PR



O presidente Lula com uma comitiva de autoridades na cidade de Canoas, RS, duramente atingida pela chuva

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) adiou a viagem que faria ao Chile, na próxima sexta-feira (17) e sábado (18), para dedicar a agenda ao acompanhamento da situação no Rio Grande do Sul, atingido por fortes chuvas desde o final de abril. Na manhã da segunda-feira (13), Lula se encontrou com o ministro Fernando Haddad (Fazenda), com expectativa de anúncio para a suspensão temporariamente da dívida do Rio Grande do Sul com a União. Já são 147 mortes e 806 feridos pela tragédia, que já deixou mais de 500 mil desalojados e 81 mil em abrigos. **Págs. 3 e 4**

**IBGE: produção industrial cai em 10 de 15 regiões no mês de março**

No mês março, a produção industrial regional brasileira caiu em 10 de 15 regiões pesquisadas, na comparação com fevereiro, conforme a Pesquisa Indústria Mensal Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na quinta-feira (9). São Paulo, maior parque industrial do país, registrou segunda queda consecutiva. **P. 2**

Governo age para garantir que não falte arroz após tragédia no RS

O Brasil pode ser obrigado a importar arroz para atender à demanda interna uma vez que o Rio Grande do Sul responde por 70% da produção desse grão, principal item da cesta básica brasileira. Equipes do governo já elaboram uma Medida Provisória autorizando a importação de até 1 milhão de toneladas do grão pela Conab. **Página 4**

# CNN revela centro de tortura em base militar israelense

Pelo menos 18 palestinos foram mortos sob tortura no interior de uma base militar no deserto de Neguev e em mais duas instalações na Cisjordânia ocupada, inclusive o chefe da ortopedia do

maior Hospital de Gaza, o Al Shifa, invadido e destruído pelas hordas israelenses. As divergências entre Biden e Netanyahu começam a se expressar também na mídia: na quinta-feira (10), a CNN

expôs a tortura de palestinos na prisão israelense, dentro de uma base militar, conforme denunciado por israelenses que trabalham na ‘Guantánamo’ israelense e por ex-detentos. A base mi-

litar transformada na prisão Sde Teiman está localizada no deserto de Neguev, a 29 quilômetros da fronteira de Gaza. São torturas que têm sido denunciadas inclusive pelo jornal Haaretz. **Pág. 7**

Tirem as mãos da Previdência!, por Paulo Kliass

## Tirem as mãos da Previdência!, por Paulo Kliass

O economista Paulo Kliass, ao analisar em artigo as recentes manifestações dos responsáveis pela área econômica do governo, afirma que “algumas das principais conquistas de políticas sociais de nosso país estão sob sério risco de serem eliminadas”.

“Para além da retirada dos pisos de 15% e 18% das receitas tributária para saúde e educação, agora surge explicitamente a intenção de desvincular o piso dos benefícios da previdência social do valor do salário mínimo”, denuncia.

Para o especialista em políticas públicas e gestão governamental, caso o governo insista em manter o “monstrego” fiscal “para atender apenas e exclusivamente aos ditames das elites do financismo, haverá estrangulamento de outras rubricas estratégicas, como Bolsa Família; segurança pública; Forças Armadas; salários de servidores; ciência, tecnologia e inovação; saneamento; cultura; investimentos públicos de forma ampla e geral”.

### TIREM AS MÃOS DA PREVIDÊNCIA!

PAULO KLIASS\*

O assim chamado “novo arcabouço fiscal” completou 8 meses de vida há poucos dias atrás. A Lei Complementar nº 200 foi promulgada no dia 30 de agosto do ano passado e foi a mandragema maldosa concebida por Fernando Haddad para colocar no lugar do famigerado Teto de Gastos do Temer. Ou seja, ao invés de simplesmente revogar a antiga EC 95, tal como prometido por Lula durante a campanha, o professor do Insper resolveu fazer mais um agradinho ao núcleo do financismo. Manteve a essência da austeridade fiscal sob uma roupagem mais palatável. Mas o importante era “botar ordem na casa” segundo suas próprias palavras, de maneira que a contenção e os cortes de despesas orçamentárias permanecessem como os componentes básicos da regra número 1 na política econômica.

Os economistas e analistas do campo progressista já alertávamos, desde o início das conversas do ministro da Fazenda com a fina flor das finanças em nossas terras, que a proposição representava um sério risco para o sucesso político do terceiro mandato de Lula, além de significar um caminho para a continuidade do retrocesso nas políticas públicas e da paralisação no investimento governamental. Dentre os inúmeros problemas apontados na formatação final daquilo que ficou conhecido como o “novo teto do Haddad”, estavam a manutenção do foco na busca de superávit primário e a identificação de redução relativa nas despesas como instrumentos de política fiscal. Um dos pontos de estrangulamento dizia respeito à existência de garantias constitucionais para pisos em saúde, educação e previdência social. Assim, em um horizonte curto, tais itens de gastos passariam a comprimir todos os demais. Enfim, trata-se de uma bomba de feito retardado, mas que começou a apresentar suas consequências antes mesmo do previsto.

Em um tempo mais curto do que uma gravidez, o monstrego já começa a mostrar as suas garras. Caso o governo insista mesmo em mantê-lo como regra fiscal permanente para atender apenas e exclusivamente aos ditames das elites do financismo, haverá estrangulamento de outras rubricas estratégicas, como Bolsa Família; segurança pública; Forças Armadas; salários de servidores; ciência, tecnologia e inovação; saneamento; cultura; investimentos públicos de forma ampla e geral.

### PRIMEIRO SAÚDE E EDUCAÇÃO. E AGORA A PREVIDÊNCIA

Dito e feito. Ao longo deste curto período de vigência do novo dispositivo do austericídio, secretários do Ministério da Fazenda e do Planejamento já anunciaram por diversas vezes que o governo deveria encaminhar proposta de emenda constitucional para eliminar os pisos para a saúde e educação. Nenhuma de tais manifestações recebeu negativa por parte dos respectivos superiores. Levando em conta que a sabedoria popular nos ensina que “quem cala, consente”, a conclusão meio óbvia é de que haveria cumplicidade silente de Haddad e Tebet para com tal estratégia.

Confira a continuação do artigo de PAULO KLIASS - Doutor em economia e membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - no site do HP: <https://horadopovo.com.br/tirem-as-maos-da-previdencia-por-paulo-kliass/>

Reproduzido do site OUTRAS PALAVRAS

# Indústria condena decisão do BC: ao invés de cair, o juro real sobe



Foto: CNI/Divulgação

## Produção industrial cai em 10 de 15 regiões pesquisadas pelo IBGE

São Paulo, maior parque industrial do país, registrou segunda queda consecutiva

No mês março, a produção industrial regional brasileira caiu em 10 de 15 regiões pesquisadas, na comparação com fevereiro, conforme a Pesquisa Indústria Mensal (PIM) Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na quinta-feira (9).

O estado de São Paulo, que representa cerca de um terço da indústria brasileira, teve uma influência negativa na apuração nacional. Registrou recuo de -0,4% em março, segundo mês seguido em queda, após recuo de -0,2% em fevereiro. No acumulado de 12 meses até março, a produção paulista teve uma queda de -0,6%. A média nacional no período foi de 0,7%.

“Apenas 1/3 dos parques industriais acompanhados pelo IBGE logrou aumentar sua produção entre fev/24 e mar/24: Rio Grande do Sul (+0,1%), Santa Catarina (+2,3%), Mato Grosso (+2,5%), Pará (+3,8%) e Bahia (+0,5%). São Paulo, por sua vez, teve seu segundo mês de declínio consecutivo: -0,2% em fev/24 e -0,4% em mar/24, com ajuste sazonal”, destacou o Instituto e Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (Iedi).

A indústria paraense, influenciada pelo setor extrativo, foi a principal influência positiva no resultado nacional, assinala o IBGE. No sentido contrário, pesaram sobre a produção de fevereiro, inclusive com recuos de dois dígitos, o Amazonas com -13,9% e Paraná -13,0%.

Os dados locais confirmam a concentração do

resultado da indústria, na medida que foram apenas cinco dos 25 ramos industriais acompanhados pelo crescimento de 0,9% da produção em março na comparação com fevereiro, mês em que ficou em torno de zero (0,1%). Foram dois meses de variações positivas, mas que não foram suficientes para recuperar as perdas verificadas no mês de janeiro (-1,1%).

A indústria de transformação repetiu o sinal negativo e agravou ainda mais suas perdas: de -0,4% em 2022 para -1,0% em 2023. Isto em grande medida devido às quedas na produção de bens de capital. Em março, a produção de bens de capital caiu -1,6% e acumula queda de -10,7% nos últimos 12 meses.

### BENS DE CAPITAL

Para o economista Fernando de Aquino, membro da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia (Cofecon), “o que chama a atenção é a queda muito alta de 10,7% na produção de bens de capital, que são os bens que vão ser usados na ampliação da capacidade produtiva da economia, na formação bruta de capital fixo. Então, se a gente não está aumentando a capacidade produtiva da economia, isso significa que a gente não está com ritmo de crescimento da capacidade produtiva, que dá suporte ao crescimento do PIB, em um ritmo aceitável”.

A indústria de alta intensidade tecnológica, que havia registrado -0,3% em 2022, recuou

-4,9% em 2023, com profunda deterioração no 4º trimestre de 2023: -16,4% frente ao mesmo período do ano anterior.

O desafio da política da reindustrialização do país é enorme e precisará de um esforço especial para a indústria de transformação. O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, já se manifestou, recentemente, que os R\$ 250 bilhões previstos para o Programa Nova Indústria Brasil, de responsabilidade do banco de fomento, não são suficientes.

“Por mais que a taxa de juros tenha sofrido cortes, observamos ainda patamares elevados”, observou o analista da pesquisa, Bernardo Almeida, ao divulgar o resultado da produção industrial de março.

Com o Banco Central elevando o juro real, diante da inflação controlada, ao reduzir a queda na taxa básica de juro (Selic) em apenas 0,25 ponto percentual, como o fez na última reunião realizada na quarta-feira (8), a situação tende a se agravar.

“Essa decisão é incompatível com o atual cenário de inflação controlado e torna impraticável continuar o projeto de neoindustrialização do país com altos níveis de taxa de juros. Reduzir o ritmo de corte da taxa básica tira a oportunidade de o Brasil alcançar mais prosperidade econômica, aumento de emprego e de renda”, alertou o presidente da CNI, Ricardo Alban.

“Taxa de juros real em 6,9% desestimula a atividade econômica e o crédito”, afirma a entidade da indústria.

Juro real no Brasil é segundo maior do planeta, incompatível com a retomada do crescimento, geração de emprego e renda, afirmam entidades

Entidades da indústria avaliam que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) de reduzir o ritmo de corte da taxa básica de juros (Selic), uma redução de 0,5 ponto para 0,25 ponto percentual (p.p), é incompatível com a retomada do crescimento da economia e prejudica 80 plano de reindustrialização do país.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a decisão do Copom, em reunião na quarta-feira (8), não reflete o cenário atual de inflação no Brasil, que está sob controle, e impede a redução da taxa de juros real (descontada a inflação), hoje próximo dos 7% ao ano. De acordo com o site MoneYou, o juro real no Brasil é o segundo maior do mundo.

“É impraticável a continuidade do projeto de neoindustrialização com altos níveis de taxa de juros”, critica o presidente da entidade, Ricardo Alban. “Reduzir o ritmo de corte da taxa básica tira a oportunidade de o Brasil alcançar mais prosperidade econômica, aumento de emprego e de renda”, afirmou Alban.

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) alerta que a decisão do Copom pode levar ao “arrefecimento do processo de flexibilização da política monetária”.

“Entendemos como de fundamental importância a manutenção do ritmo de queda da taxa SELIC, de forma que os juros possam alcançar níveis compatíveis para a retomada do crescimento sustentado”, disse a FIEB. “Importante destacar que a taxa de juros básica no Brasil permanece em nível bastante elevado - 10,50% a.a., com uma taxa real superior a 6% a.a. (descontada a inflação), uma das mais altas do mundo”, criticou em nota.

A CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção),

em análise sobre a redução no ritmo de queda da Selic, destacou que “os juros elevados continuam afastando recursos da caderneta de poupança, importante fonte de financiamento imobiliário”, disse.

“Nos primeiros quatro meses de 2024 a captação líquida foi negativa em mais de R\$ 22 bilhões. Desde 2021, até abril/24, a caderneta de poupança já perdeu 210,406 bilhões. Este resultado acaba refletindo em menor disponibilidade de recursos para o financiamento da casa própria”, constatou a CBIC.

“A Selic elevada deixa os juros bancários ainda mais altos, afastam investimentos dos setores produtivos e pioram as contas públicas, em função do alto patamar das despesas com juros das dívidas. Em resumo, os juros altos não favorecem o desempenho da economia nacional e representam mais investimentos financeiros e menos renda e emprego, portanto, menor crescimento”, criticou o representante do setor de construção.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), também avalia que a “redução de 0,25 ficou aquém das expectativas e das necessidades da economia brasileira”. “Há necessidade de maiores cortes na taxa de juros”, cobra a entidade.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) também ressalta que a redução da velocidade de corte da Selic pelo Copom foi “inadequada”. “A queda de apenas 0,25 ponto percentual não está alinhada com o atual cenário econômico”, critica Firjan. “A manutenção da taxa de juros em níveis elevados tem afetado a confiança dos empresários na economia brasileira, prejudicando o investimento, essencial para o crescimento econômico sustentável”, declarou em nota.

## “Não há nenhuma razão para o Copom reduzir o ritmo de queda da Selic”, afirma Oreiro

“Fazer previsões sobre o comportamento de variáveis macroeconômicas sujeitas a todo tipo de choque exógeno e de mudanças estruturais e institucionais endógenas com um grau de precisão de duas casas decimais é puro e simples charlatanismo”, diz o professor da UnB

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), afirma em artigo, publicado às vésperas do Comitê de Política Monetária (Copom), que não há nenhum motivo para o Banco Central reduzir o ritmo de queda da taxa Selic nesta quarta-feira (8).

“A mudança da meta fiscal para 2025 de 0,5% de superávit primário para 0% e o aumento da incerteza geopolítica levaram o Presidente da autoridade monetária a fazer alertas públicos sobre os maiores riscos inflacionários (os quais o boletim Focus avalia na segunda casa decimal) para 2025. Esses alertas alimentam as projeções de juro futuro pelo mercado financeiro, fazendo com que a inclinação da curva de rendimentos aumente, sinalizando assim que o mercado acredita que o Banco Central terá que ser mais comedido com o movimento de redução da taxa de juros”, diz Oreiro.

Ele aponta que o argumento dos agentes financeiros seriam os “riscos inflacionários”. “Essas expectativas do mercado alimentam o boletim Focus, o qual é um dos elementos usados pelo COPOM para decidir sobre a meta de juros na reunião da próxima quarta-feira. Tudo isso é feito debaixo dos nossos olhos e narizes, sem que ninguém pare para se indagar se não se trata de um grande jogo de cena para justificar um resultado que foi tacitamente combinado entre as partes do jogo da Selic”, diz Oreiro.



Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

**Economista José Oreiro**  
“A cereja do bolo desse misaneceno é que no debate público sobre o desequilíbrio fiscal Brasileiro nunca se menciona o pagamento de juros da dívida pública como o principal fator de desequilíbrio fiscal, representando um valor três vezes superior ao déficit primário das contas públicas”, alerta o economista.

“Como ninguém liga para a montanha de dinheiro público que é gasto com o pagamento de juros da dívida pública brasileira, o Banco Central fica com as mãos inteiramente livres para fixar o patamar da Selic onde lhe der na veneta”, escreveu Oreiro no artigo O Boletim Focus, a pretensão precisa das “previsões econômicas e os interesses do sistema financeiro”.

Confira o artigo no site do HP: <https://horadopovo.com.br/nao-ha-nenhuma-razao-para-o-copom-reduzir-o-ritmo-de-queda-da-selic-afirma-oreiro/>

## Governo federal dribla restrições fiscais e libera R\$ 50 bilhões para reconstruir RS

Segundo o presidente Lula, essa é apenas a primeira etapa da ajuda federal frente à tragédia no RS. “Isso não termina por aqui”, destacou

O governo federal anunciou nesta quinta-feira uma série de medidas de auxílio ao Rio Grande do Sul com o valor total de 50,9 bilhões de reais. A liberação dos recursos para a tragédia do Rio Grande do Sul só foi possível porque a União e os demais poderes se uniram para derrubar as amarras ao atendimento das necessidades do povo impostas pelo arrocho fiscal em vigência atualmente no país.

Foi articulado pelo governo junto aos demais

poderes um Decreto Legislativo que permitirá a exclusão dos recursos que serão utilizados para socorrer os gaúchos e reconstruir o estado do Rio Grande do Sul dos limites impostos pela meta de déficit zero nas contas públicas, estabelecido por Fernando Haddad. Medida semelhante foi tomada durante a pandemia, apesar do esperneio do mercado financeiro que, como diz Lula, só pensa em cortes sociais “para encher seus cofres”.

Segundo o presidente Lula, essa é apenas a primeira etapa da ajuda federal ao RS. “Isso não termina por aqui”, disse Lula após o anúncio das medidas em cerimônia no Palácio do Planalto. “Temos que pensar como vamos atender as pessoas... quando a água vai embora a desgraça é muito feia”. O governador Eduardo Leite tinha feito uma avaliação inicial de que seriam necessários R\$ 19 bilhões, mas o número é bem maior do que este.

## Escreva para o HP

[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua Mazzini, 177 Cambuci - CEP: 01528-000 São Paulo-SP E-mail: [horadopovo@gmail.com](mailto:horadopovo@gmail.com) C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hpri@oi.com.br](mailto:hpri@oi.com.br)  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317  
E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovo@yahoo.com.br](mailto:horadopovo@yahoo.com.br)  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.  
[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# Ocupação de Israel na Palestina é ilegal, denuncia Brasil na ONU



Vice-presidente da República, Geraldo Alckmin

## Alckmin critica decisão do BC: "ritmo da queda do juro precisa ser maior"

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) criticou, na noite da quarta-feira (8), a decisão do Banco Central de reduzir o ritmo da queda dos juros no país. Ele disse que "o ritmo de cortes da taxa básica de juros, a Selic, precisa ser maior e sem hesitações".

"A redução de 0,25 pp na Selic é um sinal importante de confiança no governo, mas o ritmo da queda precisa ser maior, sem hesitações. O Brasil precisa retomar a normalidade monetária, com juros condizentes com as necessidades do país e a responsabilidade do governo", afirmou Alckmin.

Na quarta-feira (8), o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anunciou uma redução de 0,25 ponto percentual na taxa, para 10,50% ao ano, após seis cortes consecutivos de 0,50 ponto. A decisão foi apertada e o voto de minerva foi dado pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Com a decisão, o juro real, o que interessa para a economia, subiu ao invés de descer. Em março deste ano, ele estava em 5,90%. Agora, após a decisão do BC e com a inflação em queda, ele foi para 6,54%. A média do juro real das 40 economias pesquisadas é de 0,12%.

As críticas de Alckmin foram feitas em publicação em suas redes sociais. O vice-presidente disse que o governo do presidente Lula está fazendo tudo para garantir a retomada do crescimento. São esforços em todos os sentidos.

"Ele está negociando reformas; reconstruindo políticas sociais; e estimulando o investimento produtivo. As altas taxas de juros, no entanto, são um freio ao desenvolvimento do país, porque desencorajam o consumo e o investimento, além de elevarem a dívida pública", segundo o vice-presidente.

## "Decisão do BC sobre a Selic é pura ideologia e sabugismo ao mercado", afirma Orlando

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) criticou a decisão da quarta-feira (8) do Banco Central de reduzir o ritmo de queda na taxa de juros básicos da economia. "A insensibilidade e falta de conexão com a realidade do Banco Central é uma verdadeira afronta às necessidades do país e anseios do povo", denunciou o parlamentar.

Na verdade, apesar de ter havido uma queda de 0,25 pp na taxa nominal de juros, a taxa real, ou seja, a taxa nominal menos a inflação, se elevou. Isto ocorreu porque a inflação está em queda. Em março deste ano, o juro real, que é o que interessa para a economia, estava em 5,90%. Agora, após a decisão do BC, ele foi para 6,54%.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula um juro real de 6,9%, ainda maior que o apontado acima: "Além do quadro de inflação controlada, outra razão para cortes mais intensos da Selic são



Orlando Silva (PCdoB)

os prejuízos que as taxas de juros reais elevadas provocam na economia. Mesmo com os cortes já realizados, a taxa de juros real está em 6,9% ao ano", diz a entidade.

"Não há rigorosamente nenhum fundamento para diminuir o ritmo e sinalizar freio no corte da Selic. É pura ideologia e sabugismo ao mercado", destacou Orlando Silva em suas redes sociais. Junto com ele se manifestaram o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin e a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann. Ambos apontaram que a queda dos juros tinha que se acelerar e não sofrer um freio como acabou acontecendo.

Entidades da indústria também criticaram duramente a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) de reduzir o ritmo de corte da taxa básica de juros (Selic), uma redução de 0,5 ponto para 0,25 ponto percentual (p.p.), é incompatível com a retomada do crescimento da economia e prejudica o plano de reindustrialização do país.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a decisão do Copom, em reunião na quarta-feira (8), não reflete o cenário atual de inflação no Brasil, que está sob controle, e impede a redução da taxa de juros real (descontada a inflação), hoje próximo dos 7% ao ano. De acordo com o site MoneyYou, o juro real no Brasil é o segundo maior do mundo.



Ricardo Stuckert/PR

Presidente com ministros e autoridades no RS avalia a gravidade da situação

## Lula adia viagem ao Chile para dar todo apoio ao Rio Grande do Sul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) adiou a viagem que faria ao Chile, na próxima sexta-feira (17), e sábado (18), para dedicar a agenda ao acompanhamento da situação no Rio Grande do Sul, atingido por fortes chuvas desde o final de abril.

O MRE (Ministério das Relações Exteriores) divulgou nota, na segunda-feira (13), e escreve que nova data da viagem internacional será comunicada "oportunamente".

Na manhã desta segunda-feira (13), Lula se encontrou com o ministro Fernando Haddad (Fazenda), com

expectativa de anúncio para suspender temporariamente a dívida do Rio Grande do Sul com a União.

Também está prevista divulgação de plano para atender à população até terça-feira (14).

**SITUAÇÃO**  
Pelo boletim da Defesa Civil, as chuvas no Estado gaúcho causaram 147 mortes e deixaram 806 feridos. Há, ainda, 132 desaparecidos, com mais de 500 mil desalojados e 81 mil em abrigos.

Além desse evento climático, o Rio Grande do Sul presenciou tremores e existe alerta para a possibilidade de deslizamento de terra.

Outro fator de preocupação são as baixas temperaturas que devem chegar ao Estado ainda esta semana.

**Nota do Itamaraty:**

*A visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Chile, inicialmente prevista para os dias 17 e 18 deste mês, foi adiada pela necessidade de acompanhamento da situação das enchentes no Rio Grande do Sul e de coordenação no atendimento à população afetada e nas tarefas de reconstrução.*

*Novas datas para a visita, e também para o briefing a respeito da agenda da viagem, serão comunicadas oportunamente.*

## "Sistema financeiro só fala em déficit fiscal sem olhar o déficit social", denuncia Lula

O presidente Lula (PT) afirmou, na terça-feira (7), em entrevista a um pool de rádios de todo o Brasil transmitido, no programa "Bom Dia, Presidente", transmitido pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), que a tragédia climática no Rio Grande do Sul "ainda não acabou" e que o governo está "100% comprometido" em prestar todo auxílio necessário à reconstrução do estado, duramente afetado pelas chuvas.

Sobre a cobrança do

mercado por mais cortes sociais e mais arrocho fiscal, Lula respondeu que o sistema financeiro tem que parar de pensar somente em seus cofres. "Eu não posso ficar com o sistema financeiro olhando todo dia o déficit fiscal sem olhar o déficit social. Parem de olhar só para seu cofre e olhe para o povo", afirmou Lula. "A gente não pode colocar isso, déficit fiscal, como ponto básico", assinalou.

Lula lembrou que tem responsabilidade fiscal

demais. "Países como os EUA têm uma dívida de 120% do PIB, o Japão, mais de 200%, a Itália também, quer dizer esse não é um problema para o Brasil", acrescentou o presidente. "Sempre que for necessário fazer dívida para criar um ativo que vai render, não há problema", argumentou. "Esse discurso inócuo de déficit fiscal me irrita. Isso não ocorre em nenhum país nenhum do mundo. nenhum nisso", enfatizou o presidente.

## Intelectuais e artistas pedem que governo suspenda a compra de armas de Israel

O cantor Chico Buarque e sua mulher, a advogada Carol Proner, estão entre os signatários de uma carta enviada ao presidente Lula pedindo que o governo interrompa a importação de armas de israelenses. A iniciativa é encabeçada pela Anistia Internacional e pelo coletivo Vozes Judaicas por Libertação e conta também com o apoio dos ex-ministros Paulo Sérgio Pinheiro e José Dirceu.

O motivo da campanha contra a compra de armas de Israel está no genocídio cometido pelo governo de Benjamin Netanyahu na Faixa de Gaza, onde mais de 30 mil civis foram mortos pelas tropas de Israel, na maioria mulheres e crianças. A situação se agravou ainda mais com a decisão da ditadura israelense de invadir a cidade de Rafah onde estão refugiados mais de 1,5 milhão de palestinos.

O Conselho de Segurança da ONU e o Tribunal Penal Internacional já condenaram o governo israelense por seus crimes

contra os palestinos e, mesmo assim, o regime de Netanyahu segue assassinando civis e expulsando a população palestina de suas casas. Especialistas apontam que o que está ocorrendo em Gaza é uma limpeza étnica e um crime contra a Humanidade.

O grupo defende "a suspensão imediata de todos os acordos no âmbito da Defesa e das licenças de exportação e importação de equipamento militar mantidos com Israel e empresas israelenses". A carta é assinada por artistas e intelectuais como o escritor Milton Hatoum, a cineasta Petra Costa, o rapper Emicida, a socióloga Ana Prestes e os professores Reginaldo Nasser, Salem Nasser e Vladimir Pinheiro Safatle. No campo da política, o documento ainda é endossado pelos partidos PC do B, PSOL, PSTU e UP, além de movimentos como Frente Povo Sem Medo, Movimento Negro Unificado e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

A mobilização ocorre no momento em que a empresa israelense

Elbit Systems venceu a licitação para a compra de 36 viaturas blindadas de obuseiro 155 mm —espécie de canhão de grande alcance e precisão que será utilizado pela artilharia. "Isso é temerário, pois a Elbit é uma das principais fornecedoras de equipamento militar para as Forças de Defesa de Israel e tem expandido os seus lucros com o aumento das exportações desde o início da guerra em Gaza", afirmam os coletivos.

"Urge uma ação efetiva do governo brasileiro para interromper a ofensiva em curso e mobilizar o sistema internacional a tomar medidas coletivas condizentes com o direito internacional e com a promoção dos direitos humanos", diz ainda a carta enviada. "Cremos que o governo brasileiro deve tomar medidas concretas e imediatas no sentido de evitar a perpetuação das violações às normas imperativas de direito internacional por Israel, afastando-se de qualquer cooperação com tais violações."

Em discurso na Assembleia Geral da ONU que aprovou por 143 votos o reconhecimento da Palestina, o embaixador brasileiro condenou os ataques contra os palestinos

O governo brasileiro rechaçou as ações criminosas do governo israelense na Palestina, em discurso do embaixador Sergio Danese na Assembleia Geral da ONU, na sexta-feira (10), após o voto em que o Brasil apoiou o reconhecimento do Estado palestino.

O Brasil criticou as ações do governo ditatorial de Benjamin Netanyahu em Gaza e o apoio dos EUA ao genocídio israelense contra os palestinos.

Na declaração, o embaixador brasileiro condenou a ocupação de Israel e o desrespeito aos direitos palestinos.

"Palavras legais sem ação incentivaram ainda mais o desprezo pela lei. A ocupação continua indefinidamente, cristalizando um sistema discriminatório contra os palestinos e a anexação do território palestino", disse. "A ilegalidade das ações contra os palestinos tornou-se uma realidade generalizada no Território Palestino Ocupado", criticou Danese.

Em reportagem de Jamil Chade, colunista do UOL, o embaixador brasileiro deu seu pleno apoio ao reconhecimento da Palestina como Estado soberano e afirmou que o "dia da adesão" dos palestinos às Nações Unidas "está chegando".

Ilustrando todo o banditismo e desprezo às leis e determinações internacionais do governo israelense, a reunião da ONU foi marcada pelo ato do embaixador de Israel que tritureu a Carta das Nações Unidas diante dos demais presentes, provocando o repúdio da maioria dos representantes de governos de todo o mundo.

Os palestinos receberam 143 votos de apoio à sua adesão e apenas nove governos foram contra, entre eles EUA, Israel e a Argentina, do fascista Javier Milei.

A resolução vitoriosa precisa passar ainda pelo Conselho de Segurança, onde os EUA têm poder de veto. Em abril, o governo dos EUA já vetou qualquer gesto neste sentido e, nesta sexta-feira, o embaixador americano Roberto Wood afirmou que voltará a vetar o reconhecimento internacional dos palestinos.

O embaixador rebateu a postura norte-americana. "O dia da admissão da Palestina nas Nações Unidas como igual entre nós está finalmente chegando. A resolução adotada hoje é uma conquista significativa para a adesão plena do Estado da Palestina à ONU", disse o embaixador Sergio Danese.

"A determinação de hoje, por uma grande maioria dos membros, de que a Palestina atende aos critérios estabelecidos no Artigo 4 da Carta e está pronta para se tornar membro, não deixa dúvidas de que o processo de admissão da Palestina não deve se arrastar indefinidamente no Conselho de Segurança", disse.

O embaixador destacou a força da resolução tomada pela Assembleia Geral, principal órgão da ONU.

"Uma maioria de mais de dois terços dos votos permitiu a determinação de hoje. Essa é a mesma maioria qualificada que se manifestará, quando chegar a hora, para admitir a Palestina como membro da ONU. Estamos confiantes de que isso ocorrerá imediatamente após o Conselho de Segurança, como esperamos, aceitar a recomendação emitida por esta Assembleia hoje", disse.

Para Danese, a decisão da Assembleia para que o Conselho reconsidere o pedido da Palestina tem mais do que apenas "autoridade moral e legitimidade política", citando o apoio legal à iniciativa. "Um veto com motivação política que contradiga a determinação da Assembleia seria injustificável", pontuou.

"Chegou a hora de cumprir a promessa das Nações Unidas de um Estado palestino", afirmou o embaixador brasileiro. "Não podemos mais abandonar os palestinos a um destino que está sendo imposto

unilateralmente pela força por aqueles que negam aos palestinos seu direito à autodeterminação", observou.

"O que estamos testemunhando em Gaza, agora especificamente em Rafah, é um lembrete chocante dessa realidade inegável", disse.

De acordo com o embaixador, a resolução da Assembleia "abrirá o caminho para um futuro com um Estado da Palestina viável vivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro de fronteiras reconhecidas internacionalmente, de acordo com as resoluções relevantes das Nações Unidas".

"Tão importante quanto isso é o fato de que a admissão da Palestina como Estado Membro, a ser efetivada em breve, tenho certeza, ajudará a restaurar a plena confiança nas Nações Unidas e no multilateralismo", disse.

"Já não tivemos o suficiente? Os palestinos já não sofreram o suficiente?", questionou.

O Brasil criticou os assentamentos israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, classificando como "claramente ilegais".

"Eles alteram a composição demográfica e o status do território palestino e ameaçam a perspectiva de um acordo de paz abrangente no Oriente Médio", disse Danese, acrescentando que esses assentamentos "continuam inabaláveis".

"E isso só tem sido enfrentado com a inação do Conselho, além de uma resolução de 2016 que lembra o que já sabemos: os assentamentos violam o direito internacional", afirmou.

O embaixador repudiou o apoio dos EUA aos crimes de Israel através do veto americano no Conselho da ONU. "A catástrofe em Gaza, cujo último capítulo está se desenrolando em Rafah neste momento, não pode ser dissociada de nossa incapacidade de pôr fim a essa ocupação prolongada", disse.

"Não pode ser dissociada da nossa repetida incapacidade de pôr fim às violações do direito internacional e garantir a indenização das vítimas na Palestina. Não pode ser dissociado do fracasso das Nações Unidas em cumprir o direito do povo palestino à autodeterminação, à mesma autodeterminação, à condição de Estado e de membro da ONU que os israelenses têm desfrutado desde 1948", afirmou.

**Nota do Itamaraty saudando a decisão da Assembleia Geral da ONU:**

*O governo brasileiro saúda a aprovação hoje, 10 de maio, na Assembleia Geral das Nações Unidas, de resolução relativa à admissão do Estado da Palestina na Organização. Mais de dois terços dos Estados Membros da ONU apoiaram a decisão, que contou com 143 votos a favor, 9 contra e 25 abstenções. A resolução contou com copatrocinio e voto a favor do Brasil.*

*A resolução determina que a Palestina está qualificada para tornar-se membro das Nações Unidas e recomenda ao Conselho de Segurança que reconsidere a questão de maneira favorável. Decisão que admitiria o Estado da Palestina como membro pleno das Nações Unidas foi vetada por um membro permanente do Conselho de Segurança em 18 de abril último.*

*O governo brasileiro manifesta sua disposição de continuar trabalhando, inclusive junto a outros estados membros da ONU, para que a Palestina seja reconhecida como membro pleno das Nações Unidas.*

*O Brasil reconhece, desde 2010, o Estado da Palestina nas fronteiras de 1967, o que inclui a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital.*

# Melo não realizou as manutenções no sistema de drenagem de Porto Alegre

Enquanto manteve R\$ 429 milhões nos caixas da DMAE, prefeito de Porto Alegre ignorou manutenções dos diques e não contratou servidores

A Prefeitura de Porto Alegre, comandada por Sebastião Melo (MDB), não faz investimentos no setor responsável pela prevenção de enchentes na cidade desde o início de 2023, segundo informações do Portal da Transparência.

O departamento que cuida da prevenção contra as cheias tem apenas 428,9 milhões em caixa. O investimento na área recuou de 1,7 milhão de reais em 2021 para apenas 141 mil reais no ano seguinte. Já em 2023, o investimento foi zerado.

O setor, no portal, é chamado de “Melhoria no sistema contra cheias” e lá é detalhado o orçamento do município para esta área. O corte de investimentos contrasta com o superávit patrimonial do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), que registrou 31,3 milhões de reais de lucro em 2023, conforme trecho do balanço do departamento.

Esse aumento dos lucros contrasta também com o sucateamento de pessoal, denunciado pelos representantes da categoria.

Segundo informações do sindicato dos trabalhadores da empresa, o DMAE tem apenas metade dos servidores necessários para dar andamento aos projetos da companhia. Não há também pessoal suficiente para realizar a manutenção nos sistemas de contenção de cheias.

Mesmo com o cenário apresentado, Melo teria recusado a contratação de 443 funcionários para o departamento. O sindicato aponta que a decisão foi para sucatear a empresa para depois privatizá-la. O padrão administrativo neoliberal.

Porto Alegre possui um sistema contra cheias do Guaíba desde 1970, que conta com um muro de contenção, diques e comportas.

Segundo o ex-Diretor do DEP e do DMAE, em Porto Alegre (Departamento de Esgoto e Água), Carlos Atilio Todeschini, a Prefeitura não fez a manutenção do sistema de drenagem e proteção contra cheias (Diques, Comportas, Casas de Bomba, Muros de Contenção). Duas comportas não resistiram à pressão da água e foram a pique. Estavam com estrutura enferrujada, corroída. Não fizeram manutenção preventiva.

O sistema antiquado e sem manutenção não foi capaz de proteger totalmente a cidade na última semana. O resultado foi uma Porto Alegre inundada, com moradores isolados e submetidos a cortes de água e energia elétrica.

Além, de Melo, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), um articulador junto à Assembleia Legislativa do RS, do desmonte das leis estaduais de proteção ambiental, também contribuiu com peso para tamanha caos no Estado. Desde seu primeiro ano de mandato, em

2019, o tucano alterou cerca de 480 normas do Código Ambiental do estado, de acordo com um levantamento divulgado pelo jornal Folha de S.Paulo. As mudanças acompanharam o afrouxamento da política ambiental brasileira incentivada, em paralelo, pelo então ministro do Meio Ambiente do governo de Jair Bolsonaro (PL), o hoje deputado federal Ricardo Salles (PL-SP).

“O atual governador destruiu esse Código Ambiental”, disse o biólogo Francisco Milanez, diretor científico e técnico da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). De acordo com o especialista em análise de impacto ambiental, o Código Ambiental levou quase 10 anos para ser elaborado e contou com a participação de diferentes setores da sociedade civil. A primeira tentativa de mudança, contudo, ocorreu sob o governo Leite, quando o chefe do Executivo tentou flexibilizar dispositivos em regime de urgência.

Neste ano, mesmo após as enchentes e as chuvas torrenciais que fizeram centenas de vítimas em 2023, o governador sancionou o Projeto de Lei (PL) 151/2023, de autoria do deputado estadual delegado Zucco (Republicanos), que flexibiliza o Código Estadual de Meio Ambiente para permitir a construção de barragens e açudes em Áreas de Preservação Permanente (APP) no Rio Grande do Sul. O objetivo da proposta é proporcionar alternativas de armazenamento de água para agricultura e pecuária, de modo a enfrentar períodos de estiagem.

No entanto, de acordo com o diretor técnico da Agapan, a medida afeta o fluxo natural da água, o que pode agravar as cheias de rios e chuvas mais concentradas. “O Rio Grande do Sul foi pioneiro na legislação ambiental e na própria luta em prol do meio ambiente no Brasil. E agora está fazendo o pior papel possível. Nesses últimos anos, nós estamos pagando a conta da destruição ambiental e ela se dá por várias formas.”

Na segunda-feira (6), o governo federal reconheceu estado de calamidade pública na maioria dos municípios o Rio Grande do Sul, incluindo a capital. A medida permite que sejam contratados serviços e compra de materiais sem a necessidade de licitação, para atender casos de urgência. Mais de 80 pessoas morreram em decorrência das chuvas em todo o Rio Grande do Sul, segundo a Defesa Civil. Parte delas estava na capital. Até o momento, mais de 100 pessoas estão desaparecidas, quase 300 estão feridas e há mais de 130 mil desalojadas. Cálculos apontam que a tragédia atingiu quase 900 mil pessoas nas Santos, e do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Marina Silva.

## Navio “Atlântico” da Marinha chega ao Rio Grande do Sul com mais de 150 toneladas de ajuda humanitária

No último sábado (11), o maior navio de guerra da América Latina, o aeródromo multipropósito Atlântico (NAM), chegou à cidade de Rio Grande, no extremo sul gaúcho, para auxiliar nos esforços de socorro às vítimas das enchentes que atingiram o estado.

Com mais de 150 toneladas de donativos a bordo, o navio traz um reforço de 1.350 militares, além de recursos fundamentais como 14 toneladas de suprimentos, duas estações para tratamento de água potável, três helicópteros, 35 automóveis e 24 embarcações de pequeno e médio porte.

O NAM também traz duas estações móveis para tratamento de água. Elas podem produzir 20 mil litros de água potável por hora. O comandante do 5º Distrito Naval, vice-almirante Fonseca Júnior, afirmou que o navio servirá como um polo de abastecimento para que pequenas embarcações possam auxiliar nas

idades atingidas pelas chuvas.

O NAM foi construído na década de 1990, na Inglaterra. A embarcação foi incorporada à Marinha do Brasil em 2018, quando recebeu o nome de Porta-Helicópteros Multipropósito “Atlântico”. Já em novembro de 2020, foi reclassificada como “Navio-Aeródromo Multipropósito”, devido a sua capacidade de operar com aeronaves remotamente pilotadas.

O navio tem 203 metros de comprimento, sua velocidade máxima mantida é de 18 nós (33 km/h) e o raio de ação é de 8 mil milhas náuticas (14,8 mil quilômetros).

O navio de socorro submarino “Guillobel”, de propriedade da Marinha, também zarpará rumo ao Rio Grande do Sul com contêineres contendo remédios, água, ração, roupas, alimentos, além do embarque de 100 militares para atuar na região.



‘NAM’ trouxe reforço de 1.350 militares para o apoio



Militar observa de um helicóptero as ruas inundadas de Porto Alegre



## Medida acompanhou o afrouxamento da política ambiental brasileira Eduardo Leite alterou 480 normas do Código Ambiental do RS para se alinhar ao desmonte de Bolsonaro

Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul, alterou em torno de 480 normas do Código Ambiental do estado em seu primeiro ano de mandato, em 2019. A medida, sancionada em 2020, acompanhou o afrouxamento da política ambiental brasileira incentivada, à época, pelo então ministro Ricardo Salles, do Ministério de Meio Ambiente (MMA), no governo Bolsonaro.

Na última quinta-feira (9), Leite afirmou que considera “injusto culpar a legislação local” pela tragédia que acometeu o estado, uma enchente em mais de 400 municípios, com 116 vítimas fatais e mais de um milhão de gaúchos afetados, sendo 230 mil desabrigados.

O Código Ambiental do Rio Grande do Sul, que levou nove anos entre debates, audiências e aperfeiçoamentos, foi atropelado pelo governo em 2019, primeiro ano de seu primeiro mandato. O texto original, de 2000, teve a colaboração na elaboração de José Lutzenberger, uma das maiores referências em ecologia no Brasil.

A ideia atrás da mudança proposta por Leite foi a de flexibilizar as exigências e favorecer os empresários, concedendo-lhes, em alguns casos, o próprio auto licenciamento.

“Não houve afrouxamento da legislação, não há relaxamento em relação aos cuidados ambientais do Rio Grande do Sul, pelo contrário, existe exatamente a preocupação de nós preservarmos e conseguirmos com isso ter a melhor conciliação entre a preservação necessária e o desenvolvimento econômico do Estado”, afirmou Leite, em entrevista à GloboNews.

“É injusto querer debitar ao Rio Grande do Sul qualquer questão legislativa local... Eu não vou fazer críticas aos especialistas, mas desejo que façam uma análise mais profunda do que simplesmente querer debitar a conta, querer procurar culpados nesse momento e possam ter uma colaboração efetiva”, disse o governador do Rio Grande do Sul, ignorando os inúmeros alertas de especialistas e ativistas, que

manifestaram preocupação com o estado após a enchente de 2023 no Vale do Taquari.

### DESMONTE

Em meio às enchentes no estado, ambientalistas criticam a gestão de Eduardo Leite e apontam o governador como o articulador, junto à Assembleia Legislativa, do que chamam de desmonte das leis estaduais de proteção ambiental.

Em nota, o governo gaúcho diz que a mudança do código teve, como base, discussões que envolveram sociedade e instituições, como a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). O Executivo afirma ainda que as catástrofes climáticas são uma tendência mundial, com ocorrências mais frequentes e intensas, sendo assim, não atribuíveis à atualização da lei.

“A atualização alinhou a lei estadual à legislação federal. A modernização acompanhou as transformações da sociedade, tornando a legislação aplicável, priorizando a proteção ambiental, a segurança jurídica e o desenvolvimento responsável”, diz, em nota.

O diretor científico e técnico da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Francisco Milanez, em declaração ao portal Folha, nega que a sociedade civil e entidades ambientalistas tenham participado da construção do novo código. Biólogo e pós-graduado em análise de impacto ambiental, ele afirma que as mudanças foram tomadas de forma unilateral, encabeçadas pelo governador.

Milanez conta que o antigo Código Ambiental levou quase dez anos para ser elaborado e a primeira tentativa de mudança, a pedido de Leite, era em regime de urgência, mas foi impedida pela Justiça. O processo então ocorreu 75 dias depois com a aprovação da Assembleia Legislativa.

A legislação original foi construída, segundo ele, em conjunto com as federações das indústrias e da agricultura, entidades ambientais e sociedade civil.

“O atual governador destruiu esse Código Ambiental. Nós pedimos debate com a sociedade, mas ele fugiu. Leite tem maioria na Assembleia Legislativa. O código era a maior obra-prima do consenso de um

estado”, critica o biólogo.

“No outro ano [2021], ele mudou a primeira lei de agrotóxicos do hemisfério sul do planeta [aprovada no começo dos anos 80]. Ele tirou o item mais importante dessa lei, que era o seguinte: nenhum agrotóxico pode ser licenciado no Rio Grande do Sul se não for licenciado no país de origem”, ressalta.

Milanez critica também a sanção do governador, neste ano, de lei que flexibiliza a construção de barragens e outros reservatórios de água dentro de áreas de proteção permanente. De acordo com o ambientalista, essa medida é preocupante por poder afetar o fluxo natural da água, o que pode gerar cheias de rios e chuvas mais concentradas.

“O Rio Grande do Sul foi pioneiro na legislação ambiental e na própria luta em prol do meio ambiente no Brasil. E agora está fazendo o pior papel possível. Nesses últimos anos, nós estamos pagando a conta da destruição ambiental e ela se dá por várias formas”, concluiu.

Para Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, rede de mais de cem organizações socioambientais, o desmonte vai além do governo estadual e da Assembleia Legislativa. Ele enfatiza a participação do Congresso Nacional no afrouxamento de políticas ambientais, com a contribuição de deputados federais e senadores eleitos pelo Rio Grande do Sul.

Astrini avalia que o Brasil vive duas ondas de prejuízos, uma delas na questão climática e a outra na mudança de legislação, que flexibiliza regras de proteção ambiental. Ele cita a liberação de construções em áreas que alagam e a eliminação de vegetação que poderia drenar a água e tornar o solo mais compacto.

“Temos autoridades no país que estão trabalhando no sentido contrário aquilo que deveria ser feito. São pessoas que fazem projetos de lei para incentivar o desmatamento, para diminuir a capacidade de fiscalização e investimento, para reduzir operações de campo, para liberar cada vez mais áreas que beneficiam a grilagem de terras”, afirma.



Pilares do ensino e da pesquisa estão sob ameaça, dizem reitores

## Reitores da USP, UNESP e UNICAMP repudiam o corte de Tarcísio no orçamento da Fapesp

“Os pilares do ensino superior e da pesquisa em São Paulo estão sob ameaça”, afirma comunicado emitido pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

O órgão que é presidido atualmente pelo Reitor da USP, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, divulgou o comunicado, intitulado “Pela manutenção do financiamento à Fapesp” e destaca a importância da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

Como ressalta o conselho, “esse sistema, caracterizado pela importante interação com a sociedade, pela transferência do conhecimento e pelo forte impacto na qualidade de vida da população, para ser eficiente, necessita de planejamento a longo prazo, de apoio político, de políticas públicas eficientes e de financiamento adequado”.

O texto ressalta exemplos recentes de sucesso provenientes da colaboração entre a Fapesp, o setor acadêmico e a sociedade, incluindo avanços na medicina, tecnologia sustentável e inteligência artificial.

“Os inúmeros exemplos recentes de sucesso podem ser citados como resultado da interação da Fapesp com o setor acadêmico e com a sociedade, como o desenvolvimento do “carro voador”, as pesquisas na área da agricultura de baixo carbono, as iniciativas para a transição energética sustentável, os avanços na medicina com a tecnologia CAR-T cell para tratamento de câncer e os transplantes heterólogos, e a criação dos centros de inteligência artificial”, destacam os reitores.

O orçamento proposto pelo governador Tarcísio de Freitas para 2025, atualmente em análise na Assembleia Legislativa, apresenta cortes drásticos nos recursos destinados à Fapesp.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, encaminhada pelo Executivo à Assembleia Legislativa, inclui artigo que permite reduzir o repasse de 1% das Receitas Tributárias do Estado à Fundação, determinado pela Constituição Paulista, para 0,7%, corte estimado de R\$ 600 milhões, o que representa quase 60 mil bolsas de iniciação científica a menos.

Os reitores das principais universidades estaduais de São Paulo - USP, Unesp e Unicamp - enfatizam a necessidade de um financiamento capaz de manter a qualidade na avaliação de projetos e o reconhecimento internacional da Fapesp.

“Para manter esses ganhos históricos e avançar nessa trajetória, precisamos de uma Fapesp protagonista, com financiamento previsível, para que sejam mantidos sua acurada qualidade na avaliação de projetos e seu reconhecimento internacional. A pujança da ciência de São Paulo deve crescer cada vez mais e o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo são fundamentais para a manutenção e o progresso dessa excelência”, finalizam os reitores.

## Governo atua para impedir desabastecimento de arroz após a catástrofe no RS

O Brasil pode ser obrigado a importar arroz para atender à demanda interna uma vez que o Rio Grande do Sul responde por 70% da produção desse grão, principal item da cesta básica brasileira, e também para forçar a queda do preço do produto. Equipes do governo já estão elaborando uma Medida Provisória que autoriza a importação de até 1 milhão de toneladas de grão pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Países como Bolívia, Paraguai, Uruguai e a Argentina devem ser o destino das compras governamentais brasileiras, dada as facilidades logísticas e tarifárias que apresentam.

Apesar de cerca de 80% da safra de arroz do Rio Grande do Sul já ter sido colhida e armazenada, o que faz com que produtores avaliem que não vai faltar o grão no mercado, o fato é que as enchentes comprometeram parte dos estoques e a distribuição para o restante do país, já que a infraestrutura do Estado está severamente danificada.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, esclareceu que a criação da MP não visa competir com os produtores locais, mas sim evitar aumentos abusivos nos preços. A intenção é suprir regiões do país que não produzem o grão, como o Nordeste, Norte e Sudeste, garantindo o acesso ao produto sem riscos de inflação ou escassez.

“A quantidade e o momento da aquisição serão cuidadosamente planejados para não prejudicar os produtores nacionais. Nosso foco é abastecer as regiões que dependem do arroz importado, garantindo o acesso ao produto para todos os consumidores”, destacou Preto.

“O problema é que teremos perdas do que ainda está na lavoura, e algumas coisas que já estão nos armazéns, nos silos [estruturas de armazenagem], que estão alagados. Além disso, a grande dificuldade é a infraestrutura logística de tirar do Rio Grande do Sul, neste momento, e levar para os centros consumidores”, explicou. Os recursos para a compra pública de estoques de arroz empacotado serão viabilizados por meio da abertura de crédito extraordinário.

# Aposentados condenam plano de desvincular benefícios do mínimo



Marcelo Camargo/Agência Brasil

“Roubando dos aposentados fica fácil fazer política”, denuncia Federação em manifesto

A Federação das Associações e Departamentos de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de São Paulo (Fapesp) reagiu à fala da ministra do Planejamento, Simone Tebet, quando, em entrevista ao Estadão na quarta-feira (8), alegou um “estrangulamento da Previdência a partir de 2027” para justificar um plano de desvincular benefícios previdenciários da política de reajuste do salário mínimo.

Em nota intitulada “Aposentados Merecem Respeito e Reajuste Digno”, o presidente da Federação, Antônio Alves da Silva, afirmou que é “revoltante” a postura da ministra que, “ao invés de pensar na população, em garantir aumento real, justo e digno para todas as aposentadorias, retomando a integralidade das pensões”, pensa “justamente o oposto”.

De acordo com Antônio Alves, durante a entrevista, a ministra afirmou que todas as correções seriam feitas considerando a inflação do período e possivelmente mais um porcentual, mas menor do que o previsto atualmente, que acompanha o PIB.

Para a entidade, “sempre que o governo tem algum problema de caixa, o primeiro caminho sempre é a reforma da previdência”.

“A Previdência Social foi superavitária por muitos anos, confirmado inclusive pelo relatório final aprovado pela CPI da Previdência, pelos estudos da ANFIP, e ao invés de buscar soluções para os aposentados que construíram esta pátria, buscam penalizá-los. Uma grande injustiça com a nossa gente”, afirma Antônio Alves.

A entidade cobra transparência em relação à receita da Previdência Social e, para isso, segundo a Fapesp, ela deve ser desvinculada do Orçamento da União. Segundo Alves, “essa falta de transparência acontece desde o primeiro governo Lula”.

“Por isso se faz urgente

definir o financiamento da Previdência composto por: Governo, Trabalhadores, Empregadores, PIS, PASEP, COFINS, prognósticos de loteria e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL que já compunham o orçamento da Seguridade Social”, afirma.

O sindicalista questiona ainda como é possível apontar um déficit nas contas, “se há sucessivas retiradas de valores por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU) nos últimos 15 anos e ainda a desoneração da folha de pagamento”. E cobra da União, “que devolva à Previdência, os valores que desviou para outros fins ao longo das décadas”.

“Na prática, se devolvesse tudo, a Previdência estaria superavitária”, diz. “Roubando dos aposentados fica fácil fazer política! Sempre punindo quem muito trabalhou ao longo de trinta, quarenta anos ou mais, retirando o seu sagrado direito à remuneração conquistada. A inflação que recai sobre a pessoa idosa, que são 98% dos aposentados e pensionistas, é muito maior que o índice divulgado pelo governo, principalmente por conta dos gastos com saúde. Não é justo, é cruel! Ministra Tebet!!!”, afirma Antônio Alves.

O presidente da entidade aproveita para também dar uma cobrada no ministro da Fazenda, Fernando Haddad que, segundo ele, “não fala abertamente sobre o assunto mas recomendou nas redes sociais a leitura do artigo do economista da FGV Bráulio Marcos sobre a dinâmica das contas públicas que tem o trecho: ‘Os pisos previdenciários e de benefícios assistenciais deveriam ser corrigidos apenas pela inflação e não pelo salário mínimo nacional’”.

“Sabemos que esses assuntos quando começam a ser veiculados na mídia é sinal de atenção e a FAPESP segue vigilante, atenta para garantir as aposentadorias e benefícios com dignidade e justiça!”, finaliza a nota.



## Força Sindical: ‘Patamar dos juros é verdadeiro prêmio aos especuladores’

Em nota divulgada nesta quarta-feira (8), o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, criticou a redução tímida da taxa básica de juros de 0,25% que mantém o Brasil entre os países com juros mais altos do mundo. Como resultado da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), encerrada também nesta quarta-feira, a taxa de juros se manteve em dois dígitos, com 10,50% ao ano, sendo 6,54% de juro real.

“Mais uma vez o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central frustra os trabalhadores e se curva aos especuladores. Tragicamente, também em nosso país estamos reféns dos poderosíssimos interesses dos rentistas”, diz a nota.

Para a entidade, o atual patamar “é um verdadeiro prêmio aos especuladores e uma ‘extorsão’ para os brasileiros e o setor produtivo”.

“Os juros continuam proibitivos, e o Brasil perde outra chance de apostar na produção, consumo e geração de empregos”, argumenta a nota.

A central destaca, ainda, que os juros altos sangram o país e inviabilizam o desenvolvimento, impedindo os investimentos em infraestrutura, saúde, educação e demais políticas públicas ao consumir e restringir o orçamento da União.

“Essa nefasta política, infelizmente, resulta em queda da atividade econômica, deteriora o mercado de trabalho e a renda, aumenta o desemprego, diminui a capacidade de consumo das famílias e compromete em muito o crescimento econômico”, conclui a nota.

## Associação dos Petroleiros pede extinção de acordo que obriga Petrobrás a privatizar refinarias

A Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) pediu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a extinção do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), feito no governo Bolsonaro, que determina a privatização de oito refinarias da Petrobrás.

A cláusula do termo afirma que a Petrobrás “se compromete a alienar integralmente os seguintes ativos: Refinaria Abreu e Lima (Rnest), Unidade de Industrialização de Xisto (SIX), Refinaria Landulpho Alves (Rlam), Refinaria Gabriel Passos (Regap), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), Refinaria Isaac Sabbá (Reman); Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor) e seus respectivos Ativos de Transporte (conjuntamente ‘Ativos Desinvestidos’)”.

Dessas, a empresa chegou a privatizar a Rlam, na Bahia, em março de 2021 e a Reman, no Amazonas, em novembro de 2022, além da Refinaria Clara Camarão, no Rio Grande do Norte, em fevereiro de 2022. De acordo com a entidade, as privatizações não se provaram suficientes para induzir a competição no mercado e levaram à formação de monopólios regionais privados.

“Demonstrou-se que o TCC não pro-

duziu os resultados previstos de promoção da concorrência e a consequente queda dos preços dos derivados de petróleo para os consumidores brasileiros. No caso da refinaria do Amazonas (hoje Ream), há fortes indícios do abandono da prática de refino. Um caso insólito, em que a Reman transformou-se em uma refinaria que não refina”, afirma o advogado Angelo Remédio, que representa a Anapetro no processo.

“Arguimos que, após análise e manifestação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, e, dentro da competência garantida à presidência do Conselho, o referido TCC deve ser extinto, possibilitando a recomposição do fornecimento de combustíveis e derivados de petróleo a preços que sejam compatíveis com a necessidade dos mercados regionais”, afirma ainda a ação.

Em novembro de 2023, o governo Lula iniciou uma renegociação do acordo com o Cade, tendo em vista a oposição do governo Lula aos desinvestimentos. O presidente do Conselho, Alexandre Cordeiro, chegou a admitir a possibilidade de alteração nos acordos, afirmando que “as mudanças e as diretrizes políticas são importantes para tomada de decisão de qualquer instituição pública” e que “todo contrato é possível de rever”.

## “Nós vamos fazer acordo com servidores da educação em greve”, afirma presidente Lula

Em entrevista ao programa “Bom dia, presidente” da EBC, nesta terça-feira (7), Lula afirmou que o governo está preparando nova proposta de reajuste para apresentar aos docentes das universidades federais e defendeu o direito da categoria à greve.

Lula afirmou que todos no governo estão querendo negociar e citou nominalmente os ministros Camilo Santana (Educação) e Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos), além do secretário José Lopez Feijó.

“Está todo mundo que-

rendo negociar, mas negociação é assim. Eu pedia 10, e me ofereciam dois. Mas entre o 10 e o dois tem o três, quatro, cinco, seis... É sempre possível encontrar um número que você possa, se não satisfazer 100% as pessoas, atender”, afirmou Lula.

“Nós vamos fazer um acordo. A mim, não encanta ver parte da educação de greve. Eu tenho que inaugurar muitas escolas técnicas, visitar universidades, e eu quero que os professores e os funcionários estejam tranquilos”, ressaltou o presidente.

Os servidores estão

em greve há cerca de um mês, desde o dia 15 de abril, quando o governo negou reajuste salarial para este ano.

No começo da próxima semana, na segunda-feira (13), “estão previstos atos públicos na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e nas reitorias das Ifes, nos estados, durante a realização de reuniões com o Ministério da Educação (MEC), quando serão cobrados avanços concretos nas negociações”, informa o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).



## Metalúrgicos da Renault iniciam greve no PR

Os metalúrgicos da fábrica da Renault, em São José dos Pinhais (PR), entraram em greve na tarde desta terça-feira (7), após rejeitarem a proposta da empresa para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para 2024.

Os trabalhadores da Horse, fábrica de motores que funciona dentro da Renault, paralisaram suas atividades após rejeitarem a mesma proposta.

“A proposta da Renault que foi rejeitada não contempla as expectativas dos trabalhadores que ainda estão se recuperando das perdas salariais dos acordos anteriores que ainda não foram

repostas”, disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Sérgio Butka.

A categoria reivindica uma proposta que contemple a PLR com valor total mais a Data Base com aumento real nos salários e no vale mercado.

Na proposta apresentada pela Renault, a empresa se compromete a pagar a primeira parcela da PLR, no valor de R\$ 18 mil, até o dia 10 de maio, e continuar a negociar o valor da 2ª parcela e da data base com o Sindicato.

“A reivindicação é por uma proposta que englobe

tanto a PLR já com valor total como a Data Base que recomponha os salários com a reposição da inflação mais aumento real. A fábrica tem funcionado a pleno vapor com o trabalhador se dedicando com afinco na produção. É preciso que a empresa reconheça isso e já apresente uma proposta completa”, ressaltou o presidente do SMC, Sérgio Butka.

A fábrica da Renault possui cerca de 5 mil trabalhadores (3.500 da produção e 1.500 administrativos) em dois turnos e, de acordo com o SMC, a produção diária da fábrica atualmente é de cerca de 800 veículos por dia.



## Para Sindicato, “plano é para retirar direito de quem já recebe menos”

A recente entrevista da ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmando que há um “estrangulamento da Previdência a partir de 2027” e que, portanto, os benefícios previdenciários podem ser desvinculados da política de reajuste do salário mínimo, continua repercutindo e indignando os representantes de aposentados e pensionistas.

Para Milton Cavalo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), a fala da ministra “é lamentável”.

De acordo com Cavalo, a proposta cogitada pela ministra “nem pode ser levada a sério”, especialmente no momento em que as entidades, pelo contrário, lutam pela aprovação na Câmara dos Deputados “do Projeto de Lei 1468/23 do deputado federal Pompeo de Mattos (PDT-RS), que estabelece reajuste de 5% nos benefícios a cada cinco anos de aposentadoria para quem

ganha acima do mínimo”. “Enquanto lutamos para recompor as perdas do poder aquisitivo, que chegam a 30% nos últimos 15 anos, se tenta retirar um direito daqueles que ganham apenas um salário mínimo”, diz o sindicalista.

Segundo Milton Cavalo, “buscar resolver o problema das contas da Previdência Social prejudicando ainda mais os aposentados, que precisam buscar outras fontes de renda para conseguirem uma dignidade mínima após uma vida inteira de trabalho, é um erro que não podemos aceitar”.

O sindicalista diz entender que é difícil que essa proposta prospere, mas que o simples fato de ter sido aventada “mostra, no mínimo, uma enorme desconsideração com os aposentados e pensionistas brasileiros”. E finaliza afirmando que “os aposentados merecem todo o respeito e consideração” e que a entidade vai lutar para que essa discussão não avance.



# Argentinos fazem greve geral contra arrocho e assalto a direitos de Milei



**Dogu Perincek, presidente do partido Vatan 'Permanecer na Otan coloca Turquia em perigo', alerta líder do Partido Patriota Turco**

“Quando eu falei a alguns dos meus colegas sobre a Turquia e que eu estava indo a Istambul visitar o presidente do Partido Patriota da Turquia (Vatan Partisi), Dogu Perincek, as reações foram diversas”, diz o entrevistador Abbas Juma, em artigo publicado no portal RT. Foram desde a indiferença completa até a irritação, passando por grande admiração. Céticos disseram que ambos, o partido e seu líder, são “patos mancos” e não têm futuro. Entretanto, o meu entrevistado discorda de forma veemente dessas opiniões, enquanto discorre sobre a influência dos EUA, Palestina, Israel e o futuro da Otan.

“Espere que em alguns anos que nós iremos chegar ao parlamento, você verá”, enfatiza o político de 81 anos. Perincek diz perceber que o povo turco se distancia dos valores ocidentais e dos políticos que os representam. Isso se dá principalmente devido à posição dos EUA, que regularmente demonstra comportamento hostil e agressivo na região, sem excluir a Turquia, mesmo que ela integre os quadros da Otan.

“Pessoas comuns enxergam, e nossas forças armadas enxergam,” disse Perincek. “A Turquia é o principal alvo dos Estados Unidos”, diz enquanto me mostra um mapa do país com bases militares americanas cercadas e a Turquia marcadas com a bandeira dos EUA.

Perincek mostra também um mapa semelhante do Irã, recentemente compartilhado na internet. “Mas”, esclarece, “nesse sentido, para Teerã é muito mais fácil do que para gente”.

“Por que não tem embaixada americana lá?” eu pergunto.

Perincek ri e esclarece: “O Irã não é membro da Otan, é por causa disso que estamos em perigo maior”.

## TRÊS ESTÁGIOS DE SEPARAÇÃO

De acordo com Perincek, as contradições entre Ancara e Washington são principalmente estratégicas, e não podem ser resolvidas em um dia.

Na entrevista, Dogu Perincek informou: Eu irei dividir a história das relações entre Turquia-EUA em três períodos. O primeiro durou de 1945-1980, o segundo de 1980-2014 e o terceiro começou depois de 2014.

No primeiro período, os EUA tentaram sabotar as conquistas revolucionárias da Turquia, mas em grande parte eles falharam. Depois de 1980, sua principal tarefa foi em integrar a economia turca na chamada “economia global”. Claramente, a integração com a economia global supõe a eliminação da economia nacional do país, cultura e política. O ocidente até considerou em implementar esse cenário pela força. Na época, nosso partido foi a principal força política que lutou contra isso. Na época era chamado de Partido dos Trabalhadores e Camponeses. Cerca de 2.500 membros do partido foram presos e muitos torturados. Além disso, os EUA vinha com o projeto “Curdistão” em território turco. [Perincek chama isso de ‘segundo projeto Israel’].

Nós protestamos fortemente contra e resistimos da forma que podíamos. Em 2014, nós finalmente conseguimos libertar os oficiais e generais presos em 2007.

Então, o tão esperado terceiro período começou, quando a Turquia começa a gradualmente a se distanciar dos EUA. Esse período foi marcado pela luta contra o terrorismo e separatismo. Em resposta, no verão de 2016, agentes americanos tentaram um golpe armado. Eles falharam. Depois disso os expurgos começaram. 140 mil traidores foram exonerados de seus postos ou presos. Isso resultou em um paradoxo: agentes da Otan foram punidos, mas a Turquia ainda era membro da Otan.

Seguem trechos da entrevista:

**Abbas Juma/RT: Você disse que EUA fracassou. Mas ainda continua a exercer pressão econômica na Turquia. Por exemplo, eles querem impedir a Turquia de cooperar com a Rússia...**

**Dogu Perincek:** É verdade. Mas sua política de pressionar a Turquia está para chegar em um beco sem saída. A Turquia está gradualmente se aproximando da China, Rússia e Irã. Entretanto, esse é um processo complexo e vagaroso. Por outro lado, a presidência de Erdogan não quer romper completamente com o mundo atlântico, e também quer se aproximar com países da Ásia. O presidente turco Recep Erdogan que ser amigo de Putin, mas ele também quer manter um boa relação com o presidente americano Joe Biden.

Estados Unidos continua a exercer pressão no nosso país. A Turquia tem uma dívida nacional grande e é dependente de importações. A pressão não é somente econômica, armas americanas também estão direcionadas contra nós.

**RT: Mas não existe mecanismo legal para se retirar da aliança...**

**DP:** Nosso povo já se retirou. Se você fizer um referendo hoje, 80% do povo turco votaria a favor de sair da Otan.



Rodoviária em Buenos Aires totalmente vazia durante a greve geral

## Reitorias espanholas apoiam o movimento estudantil em solidariedade ao povo palestino

O Conselho Diretivo da Conferência de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE) decidiu respaldar os acampamentos e manifestações nos campi universitários do país em apoio à paz e contra a violência sobre o povo de Gaza, e reafirmou o seu “compromisso permanente” com a defesa do direito humanitário internacional.

“Endossamos os sentimentos dos nossos campi e a reivindicação que a partir deles está se espalhando para que, desde as diversas instâncias, sejam adotadas medidas para deter a escalada de violência que está ocorrendo”, assinalou o Conselho em comunicado. Ao mesmo tempo, mostrou o seu compromisso em “intensificar a cooperação com o sistema científico e de ensino superior palestino” afirma documento lançado pelo Conselho de Reitores nesta quinta-feira, dia 9.

Segundo o documento, os reitores se comprometem a “revisar e, sendo o caso, suspender os acordos de colaboração com universidades e centros de investigação israelenses que não tenham implementado um firme compromisso com a paz e pelo cumprimento do direito internacional humanitário”.

As universidades espa-



Universitários de Barcelona solidários aos palestinos

nholas também estão dispostas a expandir os seus programas de cooperação, voluntariado e atenção à população refugiada palestina. Da mesma forma, solicitaram a “cessação imediata e definitiva das operações militares do exército israelense”, bem como de qualquer ação de natureza terrorista, e a libertação dos sequestrados pelo grupo islâmico Hamas que permanecem na Faixa Palestina.

### DIREITO INTERNACIONAL

Exigiram também que Israel “respeite o direito internacional” e permita a entrada em Gaza de toda a ajuda humanitária que possa ser fornecida para cobrir a emergência da sua população civil, bem como medidas para que os organismos internacionais empreendam a reconstrução do território palestino o mais rapidamente possível. O corpo docente da Uni-

versidade de Barcelona já havia votado, na quarta-feira (08), a favor de uma moção de apoio à Palestina e contra o genocídio israelense, na qual defende que a instituição rompa relações acadêmicas com universidades, entidades e empresas israelenses enquanto perdure a ocupação e as incursões agressivas de Israel.

Alunos da Universidade Complutense de Madrid (UCM) e da Universidade Autónoma de Madrid (UAM), os maiores centros educativos de Espanha, realizam ações para “demonstrar apoio e força aos estudantes reprimidos pela polícia e pelos sionistas em todo o mundo”, afirmou Axier Gurrutxaga, um dos porta-vozes do movimento estudantil. E estão sendo seguidos por universidades de Valencia, Leioa, Donosti, Navarra, Alicante e outras.

## Boeing é investigada por omissão e fraudes em inspeções de segurança

O órgão do governo dos Estados Unidos, encarregado de regular a aviação civil no país, a Administração Federal de Aviação dos EUA (US Federal Aviation Administration - FAA), anunciou o início da investigação contra a Boeing por omissão em inspeções de segurança e possíveis fraudes cometidas por funcionários nos registros dessas inspeções.

A FAA já estava investigando a Boeing depois que, em janeiro deste ano, a porta do avião 737 da empresa foi arrancada em pleno voo no trajeto da Alaska Airlines. Pouco depois, a FAA suspendeu o funcionamento de 171 jatos do modelo Boeing Max 9 para averiguação de segurança por risco de apresentarem defeitos semelhantes.

A fabricação do avião Dreamliner 787 também vem enfrentando uma série de dificuldades, por exemplo na obtenção de componentes do avião fabricados na Rússia. Depois de sanções impostas pelos EUA por causa da guerra na Ucrânia levarem à retaliação por parte de Moscou.

Eles também vêm sofrendo pressão do senado dos EUA com denúncias de que a empresa estaria usando métodos fora da norma na fabricação de seus aviões. Que a Boeing teria tornado como “política da empresa” pular inspeções de segurança como forma de apressar a produção.

Dessa vez, a própria empresa relatou problemas de má conduta na fabricação do Dreamliner 787 em uma de suas fábricas na Carolina do Sul.



Boeing 787 Dreamliner em montagem na Carolina do Sul

“A empresa nos informou voluntariamente em abril que pode não ter completado inspeções requeridas para confirmar ligação adequada nos pontos onde as asas se unem à fuselagem em certos aviões Dreamliner 787”, comunicou a FAA. “A Boeing está reinspecionando todos os aviões 787 ainda no sistema de produção e deve também criar um plano para abordar a frota em serviço”, completou.

Quando um operário comunicou à gerência irregularidades nos testes das asas dos aviões 787, a Boeing ordenou novas inspeções nos aviões. “Depois de receber o relatório, nós revisamos rapidamente o assunto e constatamos que várias pessoas estavam violando as políticas da empresa ao não realizar o teste requerido, mas registrando o trabalho como completo”, disse Scott Stocker, chefe do programa do 787.

Em um espaço de dois dias, nesta mesma semana, três aviões da Boeing apresentaram defeitos durante voos e tiveram que realizar pousos de emergên-

cia. Na Turquia, um dos pneus durante o pouso estourou, 190 pessoas tiveram que ser evacuadas do avião Boeing 737-800. Na quarta-feira, outro avião, no aeroporto de Istambul, de modelo Boeing 767 da FedEx, fez outro pouso forçado por problemas de funcionamento. No Senegal, um Boeing 737-300, pegou fogo, 78 passageiros foram evacuados às pressas.

Essas recentes panes, longe de ocorrências repentinas, acontecem como continuação de sequência de graves problemas apresentados por suas aeronaves, seja por falhas em inspeções, erros de projeto, ou recusa a ofertar treinamento novo a pilotos de novas aeronaves.

No exemplo mais escandaloso, em janeiro de 2020, o 737 Max acabou sendo proibido de voar no mundo inteiro, depois que duas aeronaves em cinco meses mergulharam de nariz após a decolagem, apesar dos esforços desesperados dos pilotos, matando todos a bordo, 346 passageiros e tripulantes, evidenciando erro de projeto.

Convocada pelas Centrais, CGT e duas CTAs da Argentina, a segunda greve geral contra governo de Javier Milei paralisa por 24 horas transportes, comércio, bancos, serviços de educação e saúde de todo o país

Desde os primeiros minutos desta quinta-feira (9), manifestantes tomaram as ruas erguendo bandeiras e faixas para afirmar: “A Pátria não se vende!” e “Não ponham a mão!”.

A greve geral integra o plano de luta unitário das Centrais Sindicais em defesa de salários, empregos e direitos contra o desgoverno neoliberal.

Para o dirigente da CGT, Pablo Moyano, “a greve está sendo uma resposta contundente, uma mensagem aos senadores que entre aspas dizem defender o diálogo, mas que não se decidiram em ficar ao lado dos trabalhadores. Exigimos que não votem a Lei de Bases de Milei”. Conforme foi explicitado, está é uma rejeição popular a um processo empobrecedor, que passa pelo desmantelamento do Estado, com a privatização de setores estratégicos da economia e a reforma trabalhista.

“Basta de entrega e assalto, estamos unidos por trabalho, soberania, democracia e justiça social”, afirmou o secretário-geral da CTA Autónoma, Hugo Godoy, frisando que a grandiosidade do movimento é uma resposta a Milei, que pensava em seguir avançando impune, “decreto por decreto contra os interesses do conjunto da classe trabalhadora e do povo argentino”.

De acordo com o secretário-geral da CTA dos Trabalhadores e deputado nacional Hugo Yasky, “a greve expressa a rejeição às políticas do governo, que logo após tomar posse já anunciou um Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) que ataca os direitos dos trabalhadores, que pulveriza o sistema previdenciário, que acaba com os recursos que garantiam o financiamento da educação, do funcionamento das instituições públicas, saúde, e que foi agravado desde o primeiro dia pelas demissões indiscriminadas dos trabalhadores do setor público”.

O dirigente da Associação Bancária (AB), Sergio Palazzo, ressaltou que a paralisação das agências evidencia o quanto “a política econômica levada a cabo pelo governo

não para de prejudicar os trabalhadores e o povo em seu conjunto, enquanto favorece descaradamente aos grandes grupos econômicos”.

“Esta paralisação tem vários destinatários, não só Milei, mas os governadores e senadores que terão que tratar a Lei de Bases e também os quatro ou cinco grupos empresariais que são sócios do Executivo”, denunciou o líder da Associação de Trabalhadores do Estado (ATE), Rodolfo Aguiar, destacando o expressivo apoio das entidades sindicais nos estados e municípios ao protesto.

A Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (Ctera) se soma às demais categorias pelo rechaço à Lei de Bases e o DNU 70/2023, contra o ajuste, as demissões e os tarifários e coloca entre as suas reivindicações específicas “o financiamento para a educação pública com a restituição e o pagamento do Fundo de Incentivo Docente (Fonid), extinto por decreto governamental em 26 de março, e que representava entre 10% a 14% dos salários dos educadores”.

A Federação Argentina dos Empregados no Comércio e Serviços destacou o grande apoio dos shoppings e cadeias de supermercados, “em defesa das fontes de trabalho, da indústria nacional e do sistema previdenciário argentino”.

O Sindicato dos Trabalhadores da Saúde da Argentina informou que “a greve será de 24 horas e total”, frisando que apenas emergências serão atendidas em hospitais públicos.

Bem diferente de um hipotético “distanciamento do povo” por parte do movimento sindical, alegado por Milei, as mobilizações têm crescido de forma contundente. A ação ficou demonstrada na gigantesca marcha universitária de 23 de abril, que levou 800 mil às ruas de Buenos Aires, e nas concentrações da semana passada no 1º de Maio. Contra os atropelos do governo ultradireitista, a primeira greve ocorreu em 24 de janeiro, 45 dias após o começo da gestão, e incluiu uma expressiva concentração na Praça do Congresso.



Vista aérea da Parada da Vitória em Moscou

## Rússia comemora a vitória da Humanidade sobre o nazismo

“Rejeitamos as reivindicações de qualquer Estado de excepcionalidade. Sabemos onde a exorbitância de tal ambição leva. A Rússia fará tudo o que for possível para evitar um confronto global, mas ao mesmo tempo não permitiremos que ninguém nos ameace”.

Em meio à guerra por procuração da Otan na Ucrânia e ao cerco econômico – as mais extensas sanções já aplicadas contra qualquer país -, a Rússia festejou nesta quinta-feira (9), a vitória da Humanidade, e particularmente sua, sobre o flagelo do nazismo, detido há 79 anos, com o tradicional Desfile da vitória no Kremlin – o tanque T-34 com a honrada bandeira soviética, a revoada de MiGs nos céus deixando um rastro branco-azul-vermelho, os mísseis Yars e Iskanders, os novos S-400

antiaéreos, e a presença de soldados vindos direto das trincheiras no Dombass.

Putin os saudou “os prezados cidadãos da Rússia, os caros veteranos”, os “camaradas soldados e marinheiros, sargentos e suboficiais, aspirantes e subtenentes”, os “camaradas oficiais, generais e almirantes” e “combatentes, comandantes, combatentes da Grande Guerra pela Pátria, heróis da operação militar especial”.

“Feliz Dia da Vitória! Felicito-os pelo nosso feriado mais importante, verdadeiramente popular e sagrado! Homenageamos nossos pais e avós, bisavós. Eles defenderam nossa terra natal e esmagaram o nazismo, libertaram os povos da Europa e alcançaram o auge de valentia militar e diligência no trabalho”.

# Israel tortura palestinos presos na base militar de Neguev, revela CNN



Prisioneiros palestinos na prisão de Sde Teiman a 29 km da fronteira de Gaza

## Assembleia Geral apoia por 143 a 9 que Palestina se torne membro pleno da ONU

Por um placar esmagador – 143 a 9 – a Assembleia Geral das Nações Unidas votou nesta sexta-feira (10), em uma sessão de emergência, que a Palestina está qualificada para a adesão com membro pleno da ONU e recomendou ao Conselho de Segurança que seja favorável a essa inclusão, e também estabeleceu “direitos e privilégios em pé de igualdade com os Estados-membros”. O Brasil votou a favor. 25 países se abstiveram.

A resolução aprovada expressou seu “apoio inabalável à Solução de Dois Estados de Israel e Palestina, vivendo lado a lado em paz e segurança dentro de fronteiras reconhecidas, com base nas fronteiras anteriores a 1967”. Também incluiu uma expressão de “profundo pesar e preocupação” da Assembleia Geral pelo fato de os EUA terem vetado a admissão da Palestina em 18 de abril e instou o conselho a “reconsiderar o assunto favoravelmente”, de acordo com a Carta da ONU e as decisões da Corte Internacional de Justiça.

Votaram contra – além de Israel e dos EUA – Argentina, República Tcheca, Hungria, Micronésia, Papua-Nova Guiné, Nauru e Palau. O embaixador permanente da Palestina na ONU, Riyad Mansour, falou de um dia em que a Palestina “toma o seu lugar de direito entre as nações livres”. “Votar sim é a coisa certa a fazer”, enfatizou Mansour, sob aplausos, acrescentando que o voto de cada país hoje “diz, naturalmente, muito sobre a sua solidariedade para com a Palestina, mas também sobre quem é e o que defende”. “É importante e sei que uma



Embaixador palestino na ONU, Ryad Mansur (UN)

esmagadora maioria de vós voltará a estar ao lado do povo palestino na sua hora de necessidade e defenderá uma paz justa e duradoura em benefício de todos.” “Posso garantir-lhe, vocês e os seus países nos próximos anos terão orgulho de ter defendido a liberdade, a justiça e a paz nesta hora mais sombria.”

“Estou diante de vós quando mais de 35.000 palestinos foram mortos, 80.000 foram mutilados, dois milhões foram deslocados e tudo foi destruído.” “O plano de Israel não mudou: destruir e deslocar. O mundo mal começa a compreender a natureza cruel e extensiva das ações contra o povo palestino.” “Estou diante de vós, pois o primeiro-ministro israelense está disposto a matar milhares de pessoas para garantir a sua sobrevivência política.” “Enquanto falamos, 1,4

milhão de palestinos em Rafah se perguntam se sobreviverão hoje e para onde irão em seguida. Não há mais para onde ir.”

“Não escrevemos a Carta das Nações Unidas. Não promulgamos leis internacionais. Apenas exigimos que nos fossem aplicadas e até agora nos foi negada a sua proteção.” “Um voto sim é um voto pela existência palestina, não é contra nenhum Estado, mas é contra as tentativas de nos privar do nosso Estado. É por isso que o Governo israelense se opõe tanto a ela, porque se opõe totalmente à nossa independência e à Solução de Dois Estados. Se não apoiam a nossa liberdade, não apoiam a paz.”

E, ao concluir: “Como todos dizem: ‘Palestina livre, Palestina livre e paz para todos. E repito, libertem a Palestina e votem ‘Sim’ a favor da resolução.”

Leia mais no site do HP

## Netanyahu fecha e empastela Al Jazeera para deixar sem testemunhas genocídio em Rafah

O regime Netanyahu/Smotrich/Gvir decretou no domingo (5) o fechamento da rede de notícias árabe Al Jazeera, medida óbvia de censura e que, às vésperas da invasão terrestre de Rafah, onde se amontoam 1,2 milhão de palestinos, visa calar ou dificultar ao extremo testemunhos do genocídio planejado. Em 1º de abril, o Knesset, parlamento israelense, já havia aprovado uma “lei” permitindo tal arbítrio, mas o regime deixou para executar exatamente agora.

Os escritórios da Al Jazeera em Jerusalém ocidental e em Jerusalém oriental foram invadidos e empastelados, com todos os equipamentos de edição e transmissão, computadores e câmeras confiscados. O canal foi proibido em Israel. A Al Jazeera descreveu o banimento como um “ato criminoso” e denunciou que “a supressão por Israel da imprensa livre, vista como um esforço para ocultar as suas ações na Faixa de Gaza, constitui uma violação do direito internacional e humanitário”. “Os ataques e assassinatos diretos de jornalistas por parte de Israel, as detenções, a intimidação e as ameaças não impedirão a Al Jazeera do seu compromisso de cobrir [a Guerra de Gaza].” “A Rede seguirá todos os canais legais disponíveis através de instituições jurídicas internacionais na sua busca

para proteger tanto os seus direitos como os dos jornalistas, bem como o direito do público à informação”, concluiu o comunicado.

A ordem de confisco incluiu até mesmo o celular de um jornalista da Al Jazeera, caso seja usado para fazer coleta de qualquer tipo de notícia – isto é, dos crimes de guerra que não cessam há mais de seis meses no enclave palestino junto ao mar. O ministro das Comunicações de Israel, Shlomo Karhi, gabou-se pelo X da invasão da Al Jazeera, postando imagens de seus esbirros confiscando equipamento do canal. Conforme a lei, o fechamento é por 45 dias de cada vez, prorrogáveis.

Tim Dawson, da Federação Internacional de Jornalistas, em entrevista à Al Jazeera, considerou “atroz” o fechamento de uma “emissora internacional de considerável reputação e história”, de parte de um país que alega ser uma “democracia”.

Até mesmo a Casa Branca, notória por sua complacência com Israel, buscou se dissociar do fechamento da emissora árabe, com o conselheiro de Segurança nacional John Kirby declarando que “não apoiamos isso de jeito nenhum”. Aliás, o fechamento da Al Jazeera foi perpetrado dois

dias depois do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, que transcorreu na sexta-feira (3). Também o escritório de direitos humanos da ONU condenou o fechamento do canal árabe, em declaração postada na plataforma X no domingo.

“O banimento da Al Jazeera por Israel é um aspecto de sua Guerra contra a Verdade”, afirmou o economista grego e ex-ministro das Finanças Yanis Varoufakis – uma personalidade que foi recentemente banida e impedida de participar em uma atividade pró-Palestina em Berlim.

Antes de censurar e banir de vez a Al Jazeera, o regime fascista havia atacado repetidamente suas equipes de filmagem em Gaza e na Cisjordânia. O chefe do Escritório da Al Jazeera de Gaza, Wael Dadmouh, teve sua casa bombardeada pelos israelenses, o que só pode ser descrito como uma tentativa de execução extrajudicial, que matou sua mulher, filho, filha e neto.

Não é a primeira vez que a Al Jazeera vira alvo do regime israelense. Em 2021, um míssil israelense destruiu o prédio que abrigava o escritório da emissora em Gaza e, em 2017, Netanyahu ameaçou fechar o escritório de Jerusalém.

Leia mais em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)



A largada da missão Ghang'e 6 deu início à mais complexa missão espacial chinesa

## China lança sonda para buscar amostras do solo no lado oculto da Lua

A missão lunar chinesa lançou, sexta-feira 3, ao lado oculto da Lua, a sonda robótica Chang'e 6. A missão busca coletar amostras de solo e os trazer de volta à terra, um feito nunca antes realizado e um grande passo a ser dado na caminhada da Administração Espacial Nacional da China (AENC), que tem o objetivo de enviar astronautas à Lua até 2030 e construir uma base de pesquisas no polo sul da Lua.

“A Chang'e 6 tem o objetivo de alcançar avanços na tecnologia de projeto e controle de órbita na Lua, coleta de amostragem inteligente, tecnologias de decolagem, subida e retorno automático permitindo que amostras de solo do outro lado da Lua cheguem até nós”, disse Ge Ping, vice-diretor do Centro de Exploração Lunar e Engenharia Espacial, órgão especial da AENC.

A sonda foi lançada através de um foguete Longa Marcha 5 (Changzheng 5), no ‘Centro de Lançamento Espacial de Wenchang’, na Ilha de Hainan, no Sul da China. A duração da missão é de 53 dias e quando pousar na Lua, do outro lado, que nunca fica de face para a Terra, será a segunda vez que a China visita o outro lado da Lua, na primeira, na missão Chang'e 4, em 2019, tornou a China o único país a alcançar a região lunar. Também foi o único país em 40 anos a enviar com sucesso, em 2013, robôs para a Lua, depois que o desenvolvimento espacial norte-americano entrou em recesso e desacelerou, após a explosão de algumas de suas naves e a desestatização de grande parte da NASA.

As amostras coletadas pela missão Chang'e 6 podem revelar como a Lua se desenvolveu e proporcionar novas informações para futuras explorações da China. Também irá determinar diferenças geológicas entre os dois lados da Lua. “A China fez progressos extraordinários, especialmente nos últimos 10 anos, mas eles são muito secretos”, disse Bill Nelson, chefe da NASA. Os Estados Unidos estão em uma “nova corrida espacial”, antes contra a União Soviética, agora contra a China, diz o diretor americano. A NASA também planeja enviar astronautas para a Lua até 2026.



Presidentes Abbas e Sisi em reunião no Cairo

## Egito reforça África do Sul na denúncia do genocídio israelense na Corte Internacional de Justiça

O governo do Egito anunciou neste domingo, que se juntará à África do Sul em sua denúncia contra Israel, na Corte Internacional de Justiça (CIJ), devido à escalada genocida contra Rafah, na faixa de Gaza.

“Esses ataques incluem alvejar deliberadamente civis, destruição de infraestrutura, deslocamento forçado, e a criação de condições de vida insuportáveis, levando a uma crise humanitária sem precedentes na história da humanidade”, anunciou o Ministério das Relações Exteriores do Egito. “Essas ações constituem flagrante violação da lei internacional em se tratando da proteção de civis durante a guerra.”

O governo egípcio também pede ao Conselho de Segurança da ONU que tome medidas contra a chacina israelense, que atue para deter a investida israelense contra Rafah e contra civis palestinos.

O governo brasi-

leiro já anunciou, em 23 abril, em encontro com a chanceler sul-africana, Naledi Pandor, apoio à denúncia da África do Sul. “É nosso dever cobrar e erguer nossa voz contra o risco de genocídio”, disse o ministro das Relações Exteriores brasileiro Mauro Vieira.

“Apoiamos, em consonância com o nosso tradicional compromisso com o direito internacional, o processo instaurado na Corte Internacional de Justiça (CIJ), pela África do Sul, sobre a aplicação da convenção para a repressão e punição do crime de genocídio”, declarou.

Em janeiro deste ano, a CIJ já havia anunciado a continuação do processo contra Israel por seus crimes cometidos contra o povo palestino, mais de 35 mil civis mortos, na maioria mulheres e crianças. Eles também ordenaram que Israel deve tomar medidas para evitar genocídio em Gaza, ordem que agora ignorada pelo governo israelense.

Pelo menos 18 palestinos foram mortos sob tortura no interior de uma base militar no deserto de Neguev e em mais duas instalações na Cisjordânia ocupada, inclusive o chefe da ortopedia do Hospital Al Shifa, invadido e destruído por tropas israelenses em Gaza

As divergências entre Biden e Netanyahu começam a se expressar também na mídia: na quinta-feira (10), a CNN expôs a tortura de palestinos em uma prisão israelense, dentro de uma base militar, no deserto de Neguev, conforme denunciado por israelenses que trabalham na ‘Guantánamo’ israelense e por ex-detentos. Ou seria a ‘Abu Ghraib’ de Netanyahu?

A base militar transformada na prisão Sde Teiman está localizada no deserto de Neguev, a 29 quilômetros da fronteira de Gaza.

São torturas que têm sido extensamente denunciadas pelos palestinos e por entidades de direitos humanos israelenses e inclusive pelo jornal Haaretz, e a novidade é que isso passou a interessar à mídia do establishment norte-americano, depois que os campi nos EUA se levantaram contra o genocídio e pelo cessar-fogo, apesar de todo o macartismo e repressão policial nua e crua.

Registre-se que não há como atribuir à CNN qualquer vínculo com o suposto “antisemitismo”, alegado por fanáticos pró-Netanyahu para investir contra a denúncia do genocídio em Gaza.

Segundo a CNN, um israelense que trabalha na instalação tirou duas fotos de uma cena que, disse, “continuam a assombrá-lo” (grifos do HP). “Fileiras de homens em agasalhos cinza são vistos sentados em colchões finos como papel, cercados por arame farpado. Todos aparecem vendados, com as cabeças pesadamente penduradas sob o brilho dos holofotes. Um fedor pútrido encheu o ar e a sala zumbiu com os murmúrios dos homens, disse à CNN o israelense que estava nas instalações. Proibidos de falar uns com os outros, os detidos falavam baixo com eles mesmos.”

“Nos disseram que eles não tinham permissão para se mover. Eles deveriam se sentar eretos. Eles não têm permissão para conversar. Não é permitido espiar por baixo da venda.”

Os guardas foram instruídos a gritar “uskot” – “cala a boca” em árabe – e a “escoger as pessoas que eram problemáticas e puni-las”, acrescentou a fonte.

A CNN revela, ainda, que há duas outras prisões com função semelhante, as bases militares de Anot e Ofer, na Cisjordânia ocupada. Os centros de tortura foram criados com base na lei fascista dos “Combatentes Ilícitos”, aprovada pelo Knesset em dezembro passado, para acelerar o genocídio e a limpeza étnica. O número de presos sob o sistema é desconhecido, esclarece a CNN.

### AMPUTAÇÕES

“Eles pintam o quadro de uma instalação onde os médicos às vezes amputavam membros de prisioneiros devido a ferimentos sofridos por algemas constantes; de procedimentos médicos às vezes realizados por médicos não-qualificados, ganhando a reputação de ser “um paraíso para os estagiários”; e onde o ar está cheio do cheiro de feridas negligenciadas deixadas para apodrecer”, continua a CNN.

De acordo com os relatos – registra a emissora norte-americana –, a instalação “está dividida em duas partes: recintos onde cerca de 70 detidos palestinos de Gaza são colocados sob extrema contenção física, e um hospital de campanha onde os detidos feridos são amarrados às suas camas, usando fraldas e alimentados por canudos”.

A CNN também citou a resposta dos militares israelenses a um pedido de comentário sobre as denúncias, em que juraram garantir uma “conduta adequada” (sic) aos presos sob custódia, acrescentando haver um

mecanismo de apuração de eventuais “desvios de conduta”.

O que já foi refutado pelos próprios grupos de direitos humanos israelenses de forma veemente, de tão acintoso. E que, provavelmente, acabará virando tema para a Corte de Haia.

“Eles tiraram (dos presos) tudo o que se assemelhasse a seres humanos”, disse à CNN um denunciante israelense, que trabalhava como médico no hospital de campanha da instalação.

Para outro denunciante, “(os espancamentos) não foram feitos para coletar informações. Eles foram feitos por vingança”. Supostamente “uma punição pelo que eles (os palestinos) fizeram em 7 de outubro e uma punição pelo comportamento no campo”.

Na verdade, para humilhar e para cumprir aquele decálogo seguido em Abu Graib, nos bons tempos de W. Bush e seu “memorandum da tortura”, para “amarrar” os presos para o “interrogatório”.

Ainda segundo a CNN, “os detidos são algemados com base no seu nível de risco e estado de saúde. Incidentes de algemas ilegais não são do conhecimento das autoridades”.

A rede de notícias observa que as IDF (nome de fantasia do exército de ocupação) “não negaram diretamente relatos de pessoas que foram despedidas de suas roupas ou mantidas em fraldas”.

Ao invés disso, as IDF alegaram que as roupas dos presos serão devolvidas “assim que determinarem que não representam nenhum risco à segurança”.

Não é o primeiro relato de abusos em Sde Teiman, mas, aponta a CNN, “este raro testemunho de israelenses que trabalham nas instalações lança mais luz sobre a conduta de Israel enquanto trava a guerra em Gaza, com novas alegações de maus-tratos”.

A CNN revela que solicitou permissão aos militares israelenses para acessar a base de Sde Teiman e que no mês passada uma equipe da emissora cobriu um pequeno protesto fora do seu portão principal, organizado por ativistas israelenses que exigiam o encerramento das instalações. “As forças de segurança israelenses interrogaram a equipe por cerca de 30 minutos, exigindo ver as imagens feitas pelo fotógrafo da CNN.”

“Duas associações de prisioneiros palestinos afirmaram na semana passada que 18 palestinos – incluindo o importante cirurgião de Gaza, Dr. Adnan Al Bursh – morreram sob custódia israelense durante o curso da guerra”, registrou a CNN.

Al Bursh era o chefe da ortopedia do Hospital Al Shifa, e fora sequestrado em dezembro pela tropa de ocupação durante o assalto ao maior hospital de Gaza, e sua morte “sob custódia” vazou no dia 2 de maio, mas teria acontecido em 19 de abril.

As hordas de Netanyahu alegavam, durante a violação do hospital, protegido pela lei humanitária internacional, que este abrigava um “centro de comando” do Hamas, uma mentira abjeta – o que se tornou patente – para justificar o crime de guerra cometido à vista de todos.

Em suma, os 18 palestinos “sob custódia” foram mortos na tortura. Segundo o Haaretz, os presos mortos na tortura seriam pelo menos 30.

A CNN entrevistou mais de uma dúzia de ex-detentos de Gaza que libertados desses campos, que não tinham como determinar onde era, porque estiveram vendados durante a maior parte do tempo, mas os detalhes que eles contaram “coincidem com os dos denunciantes”.

Leia a íntegra no site do HP

# O 13 de Maio e a luta por um Brasil brasileiro

O dia 13 de Maio de 1888 representou para o povo brasileiro um momento ímpar para o qual confluíram todas as aspirações de progresso e igualdade que ao longo dos anos marcam nossa epopeia nacional

IRAPUAN SANTOS (\*)

**“Aquele que diz que o negro,  
Sequer liberdade exigiu  
Gente que não sabe de nada  
Da história do Brasil”**

Extraímos o texto em destaque no início desta mensagem do samba “13 de Maio”, composto por Bandeira Brasil e Luiz Carlos da Vila, que o gravou no LP **Raças Brasil** de 1995. Não por acaso, este grande sambista, poeta e compositor foi eleito o primeiro diretor de cultura do **CNAB**, no seu Congresso de fundação realizado naquele mesmo ano.



O título **“Por um Brasil Brasileiro”** deu nome a um livro publicado por Cláudio Campos, que preso de 1982 a 1983 sob o Governo Figueiredo, o último da ditadura, reúne textos de combate à submissão da economia brasileira aos interesses estrangeiros e aponta os caminhos a serem seguidos para a derrubada da ditadura, já em seus estertores, e a construção da democracia e a soberania nacional.

O dia 13 de Maio de 1888 representou para o povo brasileiro um momento ímpar para o qual confluíram todas as aspirações de progresso e igualdade que ao longo dos anos marcam nossa epopeia nacional: A Batalha dos Guararapes e a Expulsão dos Holandeses, onde para Martinho da Vila “O Brasil Aprendeu a Liberdade”; a República dos Palmares; a Conjunção Mineira; a Revolução Pernambucana; a Confederação do Equador; a Guerra do Paraguai e tantas outras escaramuças maiores e menores, sempre heroicas, contempladas pelos versos do poeta contemporâneo que conclama “Glória a todas as lutas inglórias/ Que através da nossa história/ Não esquecemos jamais”.

A Campanha Abolicionista que evoluiu da luta emancipacionista, marcada pela arrecadação de fundos para compra de cartas de alforria, para a luta aberta pela abolição da escravatura sob a consigna “A escravidão é roubo”, tendo como base o sangue, a tragédia e a resistência permanente dos escravos, uniu amplas forças sociais e preparou a derrocada do império substituída no ano seguinte pela República.

A força inegável deste momento histórico mais uma vez ficou demonstrada em fevereiro de 2021 quando foi publicada no O Globo o resultado de uma pesquisa encomendada pela Febraban ao Ibespe, em que entrevistados “sobre os momentos mais significativos do Brasil”, 31% dos brasileiros declararam ser a assinatura da Lei Áurea, 18% a Independência do Brasil e 8% a Proclamação da República.

O CNAB tem o orgulho de nos últimos trinta anos ter se constituído na principal entidade popular no Brasil a sustentar o papel fundamental desta luta na constituição da nossa nação e no modo de ser e combater do povo brasileiro. O poeta, escritor, ativista, humanista, Eduardo de Oliveira, líder maior da criação do CNAB, que compôs o Hino à Negritude, hoje reconhecido institucionalmente pelos poderes constituídos, chamou-o no momento da criação de **“Hino 13 de Maio – Cântico da Abolição”**.

O Brasil vive nos tempos atuais momentos semelhantes aos que viveu nos anos 80 em que se configurava a saída de décadas de ditadura. Lá o

país estava submetido ao FMI através de uma dívida externa impagável. Hoje se submete entregar aos rentistas 780 bilhões ao ano, enquanto a educação, a saúde, o transporte, a moradia, carecem de investimentos. O arrocho salarial que sufoca o mercado interno ainda prevalece. É grave a situação do emprego, fruto da quebra das conquistas trabalhistas e o subemprego hoje prevalece, causando uma falsa aparência de utilização da mão-de-obra disponível.

Mais do que nunca a consigna “É hora de romper com a dependência” está diante de nós. Como sempre, na história dos países dependentes estamos diante de dois caminhos: civilização ou barbárie; Tiradentes ou Silvério dos Reis; crescimento, soberania e democracia ou estagnação, submissão e fascismo; cultura nacional ou lixo cultural despejado pelo império para o embrutecimento do povo. Enfim, um Brasil Brasileiro ou uma neo-colônia.

A união das forças nacionais conquistada com muito esforço levou à derrocada da ditadura e desaguou na conquista da Constituição Cidadã de 1988 que se constituiu num novo marco civilizatório para o País. Hoje a frente ampla continua na ordem-do-dia. É preciso varrer todo o entulho econômico, preconceituoso e anti-cultural deixado pelos homúnculos bolsonaristas. É preciso olhar para frente. Retirar o Brasil da camisa de força econômica e social em que se encontra. Discutir as alternativas para a reconstrução nacional ampla e massivamente com o povo e a sociedade. Nós do CNAB temos compromisso com a transformação que leve em conta nossa história, nossa cultura, nossa trajetória e estaremos sempre ao lado das forças do progresso contra o atraso.

No ano que vem o CNAB completará 30 anos de luta em defesa da igualdade racial, do papel do negro na construção do Brasil e por uma Pátria igualitária e desenvolvida. Em 2027 nosso fundador, patrono, líder maior e guia Professor Eduardo de Oliveira, completaria 100 anos. Em agosto deste ano promoveremos a **Semana Professor Eduardo de Oliveira**. Elegeremos uma comissão para a organização do **Centenário do Professor Eduardo**, promoveremos atividades musicais, cinematográficas e palestras, culminando com a realização do **V Congresso do Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB**.

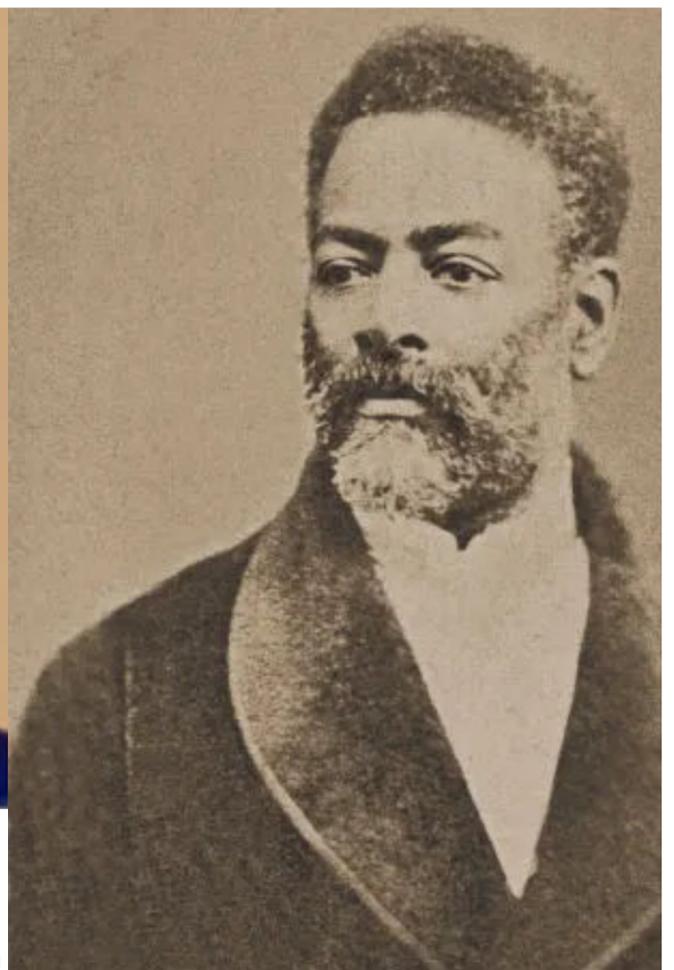
– **Unir as forças nacionais numa frente cada vez mais ampla!**

– **Crescimento e Soberania!**

– **Por um Brasil Brasileiro!**

– **Viva o 13 de Maio!**

(\*) *Vice-presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB)*



No alto, Eduardo de Oliveira, fundador do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB); comemoração no Paço, após a assinatura da Lei Áurea; Zumbi dos Palmares e o abolicionista, jornalista e advogado Luiz Gama